

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2011

Prestações de Contas das EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E DEMAIS EMPRESAS CONTROLADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELA UNIÃO, INCLUINDO EMPRESAS ENCAMPADAS OU SOB INTERVENÇÃO FEDERAL OU QUE, DE QUALQUER MODO, VENHAM A INTEGRAR, PROVISÓRIA OU PERMANENTEMENTE, O PATRIMÔNIO DA UNIÃO OU DE ENTIDADE PÚBLICA FEDERAL.

ÓRGÃO / ENTIDADE**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA- CGTEE**

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13 IN/TCU 63/2010) JOÃO RIBEIRO DA LUZ		LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / Fls.)
1. UNIDADE		
I. Rol de responsáveis (art.10 da IN/TCU 63/2010).		4 à 9
II. Relatório de Gestão.		10 à 122
<ul style="list-style-type: none">Informações contábeis:- Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas (para UJ cuja contabilidade esteja sob o regime da Lei 6.404/76);- Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação e Posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora); e- Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.		105 à 111
		112
		129 à 130
III. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão (Anexo II da DN TCU nº 117/2011).		
- Parecer da unidade de auditoria interna.		124 à 126
- Parecer de Conselho sobre as Contas.		127 e 128
- Auditorias planejadas e realizadas pelos órgãos de controle interno da própria entidade jurisdicionada com as justificativas, se for o caso, quanto ao não cumprimento das metas previstas, e a indicação dos resultados e providências adotadas a partir desses trabalhos.		133 à 142
LOCAL / DATA Porto Alegre, 31 de maio de 2012		ASSINATURA / CARIMBO RESPONSÁVEL

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

VI. Relatório de Auditoria de Gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente.

VII. Certificado de Auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente

VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente

SITUAÇÃO**LOCAL / DATA****ASSINATURA / CARIMBO RESPONSÁVEL****3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**

IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente

LOCAL / DATA**ASSINATURA / CARIMBO RESPONSÁVEL**

**I – ROL DOS RESPONSÁVEIS, NOS
TERMOS DOS ARTIGOS 10 E 11 DA
IN/TCU Nº 63/2010.**

**ROL DE RESPONSÁVEIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE					
AGENTE:	VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA				CPF:	140678380-34			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	AVENIDA FERDINAND KISSLINGER, Nº 80 – APTº 1202 – TORRE 1 – JARDIM IPIRANGA								
MUNICÍPIO:	PORTO ALEGRE	CEP:	91360-054	UF:	RS	FONE:	51.32871500	FAX:	32871645
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO/PRESIDENTE							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data 13/06/2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011	Data / /		Ato/nº/ano		Data início 01/01/2011	À data fim 31/12/2011		

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE					
AGENTE:	SERENO CHAISE				CPF:	055142230-00			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA CABRAL, 1289, APT 901 – BELA VISTA								
MUNICÍPIO:	PORTO ALEGRE	CEP:	90440-090	UF:	RS	FONE:	51.32871511	FAX:	3287.1505
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data 13/06/2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011	Data ___/___/___		Ato/nº/ano		Data início 01/01/2011		À data fim 31/12/ 2011	

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE					
AGENTE:	RICARDO SPANIER HOMRICH				CPF:	291899260-72			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQS, 214, BLOCO H, APTº 306, ASA SUL								
MUNICÍPIO:	BRASILIA	CEP:	70293-080	UF:	DF	FONE:	61.33195699	FAX:	61.33195948
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data 13/06/2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011	Data ___/___/___		Ato/nº/ano		Data início 01/01/2011		À data fim 31/12/ 2011	

**ROL DE RESPONSÁVEIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE					
AGENTE:	MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA			CPF:	237341833-91				
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQN, Nº 313 – BLOCO B – APT 612 – BAIRRO ASA NORTE								
MUNICÍPIO:	BRASILIA	CEP:	70766-020	UF:	DF	FONE:	61.33195032	FAX:	61.33195340
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:		
Data 13/06 /2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011		Data ___/___/___		Ato/nº/ano		Data início 01/01/2011		À data fim 31/12/ 2011

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE					
AGENTE:	CRISTIAN WILLIAM DE SOUSA CUNHA			CPF:	634939771-15				
ENDEREÇO RESIDENCIAL	QUADRA 203, LOTE 9, APT 504/B – AGUAS CLARAS								
MUNICÍPIO:	BRASILIA	CEP:	71939-360	UF:	DF	TELEFONE:	61.20204185	FAX:	
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data 13/06 /2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011	Data / /		Ato/nº/ano		Data início 01/01/2011	À data fim 31/12/2011		

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE					
AGENTE:	SIDNEY DO LAGO JUNIOR				CPF:	145393819-20			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	AV. PRESIDENTE VARGAS, 409 - 13ª ANDAR – CENTRO								
MUNICÍPIO:	RIO DE JANEIRO	CEP:	20071-003	UF:	UJ	FONE:	21.25145097	FAX:	21 2514-4537
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO		PERÍODO GESTÃO:			
				:					
Data 13/06 /2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011	Data ____/____/____		Ato/nº/ano		Data início 01/01/2011	À data fim 31/12/ 2011		

**ROL DE RESPONSÁVEIS
CONSELHO FISCAL**

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE			
AGENTE:	CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN				CPF:	221878040-20	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA RAINHA GUILHERMINA, 181, APT 404						
MUNICÍPIO:	RIO DE JANEIRO	CEP :	20071-003	UF:	RJ	FONE :	21.25146421 FAX: 2514-6305
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRA FISCAL						
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
Data 13/06 /2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011	Data __ / __ /		Ato/nº/ano	Data início 13/06/2011	À data fim 31/12/ 2011	

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE			
AGENTE:	BRUNO FABRÍCIO FERREIRA DA ROCHA				CPF:	793470021-00	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	QI 03, BLOCO T, APTº. 112, GUARÁ I						
MUNICÍPIO:	BRASILIA	CEP:	70670-11	UF:	DF	FONE:	61.3344.9233 FAX: 61 3412-1708
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO FISCAL						
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
Data 13/06/2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011	Data __ / __ /		Ato/nº/ano	Data início 13/06/2011	À data fim 31/12/ 2011	

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE			
AGENTE:	ROSANGELA DA SILVA				CPF:	610222419-15	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA RAINHA GUILHERME PEGSLEY, Nº 2538 – APTº 202						
MUNICÍPIO:	CURITIBA	CEP:	22420-000	UF:	PR	TELEFONE:	41.30197946 FAX:
CARGO OU FUNÇÃO:	CONSELHEIRO FISCAL						
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:		
Data 13/06/2011	Ato/nº/ano AGO/14ª/2011	Data __ / __ /		Ato/nº/ano	Data início 13/06/2011	À data fim 31/12/ 2011	

]

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE						
AGENTE:	ILDO WILSON GRÜDTNER					CPF:	375801169-87			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA IRMÃO CALIXTO , 67 – BAIRRO CARVOEIRA									
MUNICÍPIO:	FLORIANÓPO LIS	CEP:	88040-605	UF:	SC	FONE:	48.32330300	FAX:	33195948	
CARGO OU FUNÇÃO:		CONSELHEIRO FISCAL								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data 30/04 /2010	Ato/nº/ano AGO/13ª/2010		Data 13 /06 /2011		Ato/nº/ano AGO/14º/2011		Data início 30/04/2010		À data fim 13/06/2011	

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

Sereno Chaise
Diretor Presidente



**ROL DE RESPONSÁVEIS
DIRETORIA EXECUTIVA**

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN 63/2010 do TCU				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE					
AGENTE:	SERENO CHAISE				CPF:	055142230-00			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA CABRAL, 1289, APT 901 – BELA VISTA								
MUNICÍPIO:	PORTO ALEGRE	CEP:	90440-090	UF:	RS	FONE:	51.32871511	FAX:	3287-1505
CARGO OU FUNÇÃO:		DIRETOR PRESIDENTE							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data 17/06/2011	Ato/nº/ano CA/169ª/2011	Data / /		Ato/nº/ano		Data início 01/01/2011		À data fim 31/12/ 2011	

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10, inciso II				COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE					
AGENTE:	LUIZ HENRIQUE DE FREITAS SCHNOR			CPF:	303633570-68				
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA JOÃO TELES, 68, APTº 301 – BAIRRO BOM FIM								
MUNICÍPIO:	PORTO ALEGRE	CEP:	90023-120	UF:	RS	FONE:	51.3287-1529	FAX:	3287.1505
CARGO OU FUNÇÃO:		DIRETOR TÉCNICO E DE MEIO AMBIENTE							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:		EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:		
Data 17/06/2011	Ato/nº/ano CA/167ª/2011		Data / /		Ato/nº/ano		Data início 01/01 / 2011		À data fim 31/12/ 2011

UNIDADE GESTORA:

GESTÃO:

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10, inciso II					COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE				
AGENTE:	CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA				CPF:	002495480-20			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	ACESSO DAS ARAUCÁRIAS, Nº 192 – CONJ. RES. JARDIM MEDIANEIRA-BAIRRO SANTA TERESA								
MUNICÍPIO:	PORTO ALEGRE	CEP:	90843-115	UF:	RS	FONE:	51.32871585	FAX:	32871589
CARGO OU FUNÇÃO:		DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM MERCADO							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO GESTÃO:			
Data 17/06/2011	Ato/nº/ano CA/167ª/2011	Data / /		Ato/nº/ano		Data início 01/01 / 2011		À data fim 31/12/ 2011	

UNIDADE GESTORA:**GESTÃO:**

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10, inciso II					COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE				
AGENTE:	SANDRO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA				CPF:	596892930-87			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA SÃO LUIS, 686, APTº 306 – BAIRRO SANTANA								
MUNICÍPIO:	PORTO ALEGRE	CEP:	90620-170	UF:	RS	FONE:	51.32871538	FAX:	32871536
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR ADMINISTRATIVO								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data 22/07/2011	Ato/nº/ano CA/169ª/2011	Data __ / __ /	Ato/nº/ano	Data início 22/07 / 2011	À data fim 31/12/ 2011				

UNIDADE GESTORA:**GESTÃO:**

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: Em conformidade com a IN TCU nº 57/2008, art. 10, inciso II					COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE				
AGENTE:	EDUARDO ANTONIO PETERS				CPF:	406611130-00			
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA GUATEMALA, 35, APTº 203 – BAIRRO JARDIM LINDOIA								
MUNICÍPIO:	PORTO ALEGRE	CEP:	91050-260	UF:	RS	FONE:	51.32871538	FAX:	32871536
CARGO OU FUNÇÃO:	DIRETOR ADMINISTRATIVO								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO GESTÃO:					
Data 28/04 / 2008	Ato/nº/ano CA/130ª/2008	Data 02 / 02 / 2011	Ato/nº/ano ATA/CA/163ª/2011	Data início 01/01 / 2011	À data fim 02/02/ 2011				

OBS.: Na 163ª Reunião do Conselho de Administração, o Presidente Sereno Chaise, foi designado para exercer o cargo de Diretor Administrativo, cumulativamente, no período de 03/02/2011 a 21/07/2011.

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral

Sereno Chaise
Diretor Presidente

**II – RELATÓRIO DE GESTÃO,
NOS TERMOS DA DECISÃO
NORMATIVA TCU Nº 108/2010.**

ELETROBRAS
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MAIO/2012



**Ministério de
Minas e Energia**



O Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e 117/2011 e da Portaria-TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ATUT	Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro
CCC	Conta de Consumo de Combustível
CCEAR	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica S.A.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CNAE	Código da classificação completa da principal atividade econômica da UJ
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EBITDA	Eaming Before Imcome Tax, Depreciation and Amortization
ELETRORBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras
EPC	Empreendimentos do Poder Concedente
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
GWh	Unidade de Geração de Energia Elétrica Gigawatt hora
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
LOA	Lei Orçamentária Anual
MME	Ministério de Minas e Energia
MW	Unidade de Potência Elétrica Megawatt
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NUTEPA	Nova Usina de Termoelétrica de Porto Alegre
ONS	Operador Nacional do Sistema
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PGI	Programa de Geração de Intercâmbio
P&D+I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
SIAFI	Código de Identificação da UJ constante no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIORG	Código de identificação da UJ assinalado no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPDA	Sistema de Proteção Contra Descarga Elétrica
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projeto
UPME	Usina Termoelétrica Presidente Médici
USJE	Usina Termoelétrica de São Jerônimo

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	
Tabela 1	Potência Instalada nas Usinas da CGTEE.
Tabela 2	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
Tabela 3	Valor Adicionado.
Gráfico 1	Evolução da Energia Elétrica Gerada na Eletrobras CGTEE em GWh.
Gráfico 2	Evolução da Energia Elétrica Gerada na Eletrobras CGTEE em MWmed.
Gráfico 3	Disponibilidade Geral da Eletrobras CGTEE.
Gráfico 4	Evolução da Energia Elétrica Gerada na USJE em MWmed.
Gráfico 5	Energia Gerada na UPME Fases A + B.
Gráfico 6	Evolução do Patrimônio Líquido.
Gráfico 7	Evolução do Resultado.
Gráfico 8	Evolução do Índice de Liquidez Corrente.
Gráfico 9	Evolução do EBITDA.

SUMÁRIO
INTRODUÇÃO
PARTE A, ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU 108 DE 24/11/2010.
1 - PARTE A, ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU 108 DE 24/11/2010.
1.1 - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL
2. PARTE A, ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU 108 DE 24/11/2010.
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE
2.1.1 COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL
2.1.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
2.1.2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS
2.1.2.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE GESTÃO
2.1.3 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
2.1.4 ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA.
2.1.4.1 USINA TERMELÉTRICA DE SÃO JERÔNIMO – USJE
2.1.4.2 NOVA USINA TERMELÉTRICA DE PORTO ALEGRE – NUTEPA (DTPP)
2.1.4.3 OFICINA DE SÃO LEOPOLDO – DTML
2.1.4.4 USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI - UPME
2.1.4.4.1 RECUPERAÇÃO DAS UNIDADES DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI FASE B
2.1.4.4.2 EVENTOS DAS UNIDADES DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI FASE A
2.1.4.5 UTE CANDIOTA III (FASE C)
2.1.4.6 AÇÕES DE GESTÃO CORPORATIVA
2.1.4.6.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA
2.1.4.6.2 GESTÃO DE ÉTICA
2.1.4.6.3 OUVIDORIA GERAL
2.1.4.6.4 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
2.1.4.6.5 COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE
2.1.4.6.6 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
2.1.4.6.7 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
2.1.4.7 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE
2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ
ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ
2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ
ANÁLISE CRÍTICA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO
2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
2.4.1.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
2.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
2.4.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ
2.4.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO
2.4.4.3 DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO
2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO
2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO
2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS
4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.
5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS
5.1.1 DEMOSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
5.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA
5.1.3 QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA
5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE
5.1.5 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS
5.2.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA
5.2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA
5.5.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO
5.5.2 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS
5.5.3 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE
5.5.4 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS
5.6.1 ABSENTEÍSMO
5.6.2 TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO
6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO
6.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011
6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS
6.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2012 E SEQUINTE
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE
6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE
6.3 ANÁLISE CRÍTICA
7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
7.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV
8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93
8.2 ANÁLISE CRÍTICA
9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ
10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS
11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)
13 PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
14 PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS
15 PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO
15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO
16 PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO
16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO
18 PARTE B, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO
18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA
19 PARTE C, ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU 108, DE 24/11/2010
19.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS
19.1.1 PARA O BALANÇO PATRIMONIAL
19.1.2 PARA A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
19.1.3 PARA A DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
19.1.4 PARA A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
19.1.5 PARA A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
20 PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010
20.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL
20.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA
PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS
21 PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
21.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE
22 PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
22.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO
23. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
23.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES
24. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
24.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
25 PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
25.1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES
25.1.1 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL
25.1.2 DEMONSTRATIVOS SOBRE A REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS

26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
26.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS
27 PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010
27.1 SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
28 PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010
28.1 IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO – PND
29 PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010
29.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS
30. PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010
30.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA
31 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES
31.1 BALANÇO SOCIAL
31.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO PROCESSO Nº 001/1.07.0207693-0, CIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA (CGTEE) X KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU BANKENGUPE (KFW), QUE TRAMITA NA 5ª VARA CÍVEL DE PORTO ALEGRE .
CONCLUSÃO
ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011
1 - PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
2 - RELATÓRIO E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE, SEGUNDO PREVISÃO LEGAL, REGIMENTAL OU ESTATUTÁRIA, DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO
3 - RELATÓRIO DO ORGÃO DE CORREIÇÃO
4 - AUDITORIAS PLANEJADAS E REALIZADAS PELA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA – PRA

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31 de dezembro

Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – (Situação em 31/12/2011)

Quadro A.5.3 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2011)

Quadro A.5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - (Situação apurada em 31/12/2011)

Quadro A.5.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - (Situação apurada em 31/12/2011)

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.7.1 - Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

Quadro A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.12.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.16.1 - Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

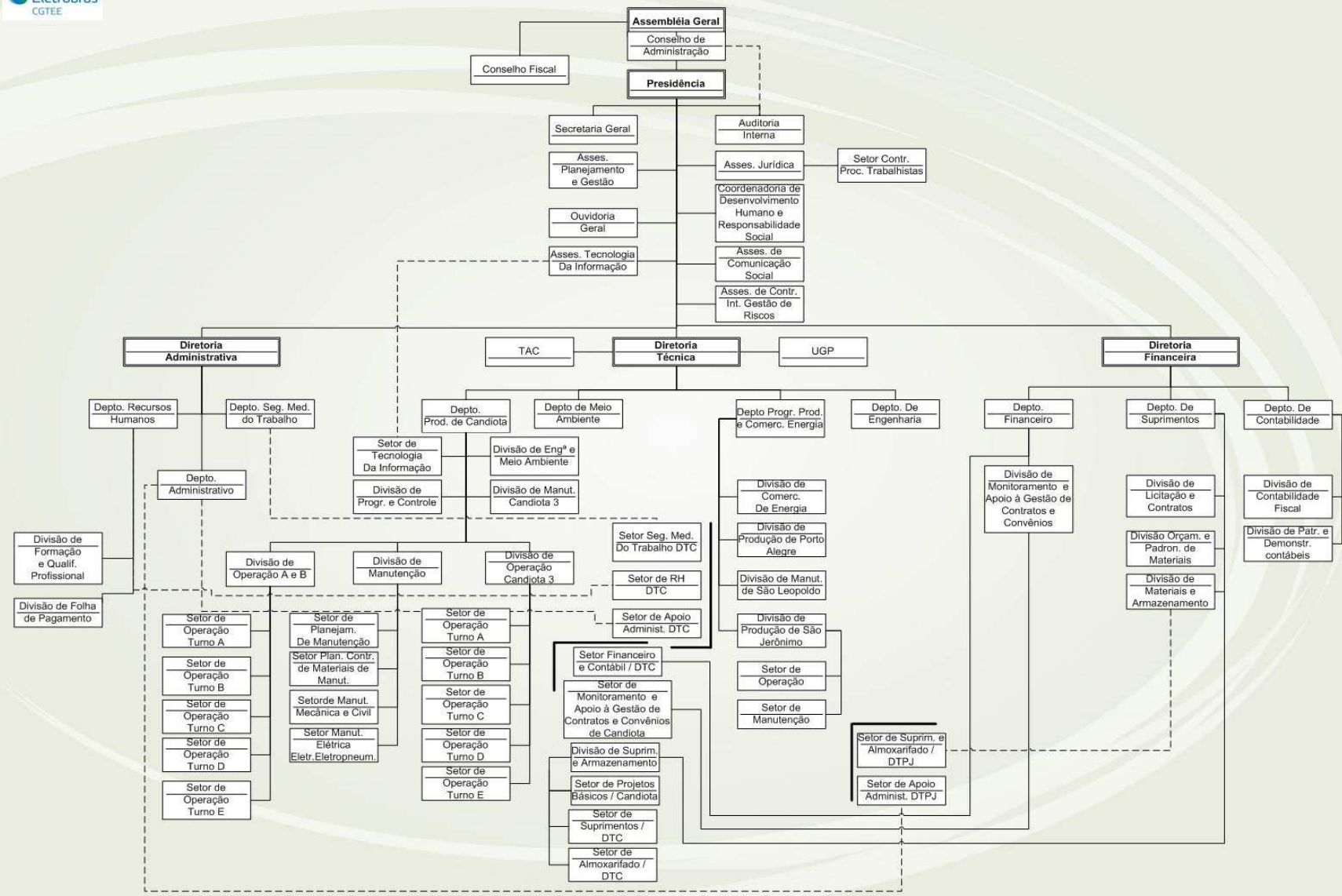
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social

Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores

Quadro C.12.3 – Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores



INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão contempla os atos de gestão praticados pela Unidade Jurisdicionada Eletrobras CGTEE no exercício de 2011. Este trabalho será apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal Brasileira.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, bem como pela Portaria TCU nº 123/2011 e Instrução Normativa nº 63/2010, e está estruturado em três seções, quais sejam:

- PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010: Conteúdo geral do relatório de gestão;
- PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010: Informações contábeis da gestão
- PARTE C DO ANEXO II DA DN Nº 108/2010: Conteúdo por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins

Os itens 4, 5.2, 5.2.1, 11, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29 e 30 não se aplicam a natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

Os itens 3, 13 e 14, não ocorreram no período de 2011 na Unidade Jurisdicionada.

Nossa empresa, integrante do Sistema Eletrobras, buscou ao longo do ano de 2011 desenvolver as diretrizes expressas em seu Planejamento Estratégico em consonância com os objetivos estratégicos da Holding. Neste sentido, ressalta-se a magnitude e abrangência do papel da nova Eletrobras para o país, sob o prisma do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Em que pese no cenário mundial, as grandes potências terem apresentado resultados econômicos pouco favoráveis, ou até mesmo, ingressarem em crises agudas, o Brasil manteve-se em crescimento, com inflação sob controle, juros descendentes e aumento das reservas internacionais, gerando quase 2 milhões de empregos - o segundo melhor resultado da história. Esta conjuntura é a expressão de uma correta política de desenvolvimento, que incorpora aos resultados econômico-financeiros o comprometimento com o desenvolvimento social.

Este panorama abre grandes perspectivas ao setor elétrico, uma vez que crescimento econômico e demanda de energia possuem uma correlação intrínseca.

No entanto, se por um lado crescem as possibilidades de novos negócios, por outro lado aumentam-se as exigências na busca pela eficiência energética com responsabilidade socioambiental.

Desta forma, a Eletrobras CGTEE, em 2011 concentrou seus esforços em três direções: em primeiro lugar priorizou-se a entrada em operação da UTE Candiota III (FASE C) que duplica a capacidade de geração de energia da Companhia, o que repercutiu positivamente no resultado do exercício 2011 e nos níveis de rentabilidade esperada pelos acionistas. Em segundo lugar, investiu-se na revitalização das demais Usinas existentes, com ações visando o aumento da eficiência energética e o atendimento às exigências ambientais. Por último, por tratar-se de uma empresa pública, que para além da rentabilidade exigida na iniciativa privada possui compromissos com o desenvolvimento social nas áreas em que atua, desenvolveu-se uma série de programas socioambientais, expressando um intenso comprometimento com as premissas da sustentabilidade.

Com base nessa perspectiva, a Eletrobras CGTEE colheu resultados satisfatórios, sendo que a performance econômico-financeira da companhia gerou um lucro líquido na ordem de R\$ 17,2 milhões, implicando numa rentabilidade de 5,34%.

Destaca-se, também, um conjunto de melhorias alcançadas no transcorrer do ano de 2011, tais como melhoria da qualidade de vida dos empregados, desenvolvimento de talentos, programas sociais voltados para preparação de jovens para mercado de trabalho, programas de saúde e segurança do trabalho, realização de um programa de inovação tecnológica, a melhoria contínua de práticas de governança corporativa, e a busca de eficiência e confiabilidade das unidades operacionais, bem como a participação ativa dos colaboradores na construção do processo de revisão do planejamento estratégico da empresa.

Diante deste contexto em que desafios de novos negócios em operação, entrelaçam-se com antigos problemas decorrentes da idade atual de nosso parque, exige uma dinâmica de contínua superação do conjunto de nossos colaboradores. Entretanto, estamos certos que, com os investimentos em pesquisa previstos, novas tecnologias em desenvolvimento, melhorias nos processos de operação sendo efetuados, agregado ao qualificado corpo funcional existente, alçaremos a Eletrobras CGTEE ao patamar das práticas e resultados compatíveis aos das melhores empresas do setor elétrico nacional.

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
CONTEÚDO GERAL**

1 PARTE A, ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 27/11/2010**1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 95519
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica			
Denominação abreviada: CGTEE			
Código SIORG: 95519	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Não se aplica	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			
Principal Atividade: Geração de Energia			Código CNAE: 3511-5/00
Telefones/Fax de contato:	(051) 3287-1500	(051) 3287-1645	(051) 3287-1679
Endereço Eletrônico: cgtee@cgtee.gov.br			
Página na Internet: http://www.cgtee.gov.br			
Endereço Postal: Rua Sete de Setembro, 539, Centro Histórico, CEP 90010-190, Porto Alegre, RS			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Estadual nº 10.900 de 26 de dezembro de 1997. Compete a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica. Manual de organização aprovado pela resolução Nº RES-192/1997. Publicação no Diário Oficial em 27/08/1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
ESTATUTO ELETROBRAS – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Organização			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não aplicável a natureza jurídica da UJ.		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não aplicável a natureza jurídica da UJ.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não aplicável a natureza jurídica da UJ.		Não aplicável a natureza jurídica da UJ.	

2 PARTE A, ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108 DE 24/11/2010

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

O Parque Gerador da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE é composto pela Usina Termelétrica Presidente Médici (Fase A e B), Usina Candiota III (Fase C), Usina Termelétrica de São Jerônimo e Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - NUTEPA, totalizando 840 MW de potência instalada, de acordo com a tabela 1. A fonte de combustível predominante é o carvão mineral.

USINAS TERMELÁTRICAS	TIPO	DATA CONCESSÃO/ AUTORIZAÇÃO	DATA DO VENCIMENTO	CAPACIDADE INSTALADA MW	UNIDADES
UTE PRESIDENTE MÉDICE	CONCESSÃO	08/07/1995	07/07/2015	446	02X63MW – (1974) 02X160MW – (1987)
UTE SÃO JERÔNIMO	CONCESSÃO	08/07/1995	07/07/2015	20	02X5MW – (1953) 01X0MW – (1956)
UTE NUTEPA	CONCESSÃO	08/07/1995	07/07/2015	24	02X8MW – (1968) 01X8MW – (1969)
UTE CANDIOTA III (FASE C)	AUTORIZAÇÃO	18/07/2006	17/07/2041	350	01X350MW – (2011)
TOTAIS				840	

Tabela 1: Potência instalada nas usinas da CGTEE.

Conforme o Estatuto Social da Eletrobras CGTEE compete institucionalmente à empresa:

- realizar, estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às

empresas concessionárias, às autorizadas e as permissionárias de serviço público de energia elétrica;

f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;

g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;

h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;

i) comercializar, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;

j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

2.1.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em decorrência do processo de consolidação do Sistema Eletrobras a Diretoria Executiva deflagrou em 2011 um processo de revisão do Planejamento Estratégico da Empresa. Duas premissas constituíram esta ação. Por um lado, objetivou-se o alinhamento ao Plano Estratégico da Eletrobras, e por outro a decisão de constituir uma metodologia participativa capaz de envolver os colaboradores da empresa. A seguir a síntese da revisão procedida:

MISSÃO

Gerar energia elétrica com rentabilidade promovendo o desenvolvimento sustentável.

VALORES

Foco em resultados, empreendedorismo, valorização das pessoas, excelência na gestão e sustentabilidade.

VISÃO

Até 2021 consolidar e expandir o negócio, introduzindo novas fontes de energia, prioritariamente na matriz térmica, com práticas e resultados compatíveis aos das melhores empresas do setor elétrico nacional.

A partir da análise do cenário atual, prospectado através da apreciação de ambiência externa e interna, construiu-se os marcos para a elaboração dos Objetivos Estratégicos da Eletrobras CGTEE para o período de 2012-2021. Foram definidos por um lado os objetivos finalísticos, referentes à estratégia do negócio, e por outro lado, os objetivos de gestão, fundamentais para a viabilização e suporte dos primeiros. Assim, apresentamos as seguintes elaborações:

2.1.2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS

Objetivo 01: Consolidar e expandir os negócios de geração térmica a carvão mineral de forma sustentável e rentável.

Objetivo 02: Diversificar a matriz energética prioritariamente no eixo térmico.

Objetivo 03: Desenvolver e implementar políticas de sustentabilidade contribuindo para o desenvolvimento das regiões de influência.

2.1.2.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE GESTÃO

Objetivo 04: Aprimorar a gestão de pessoas visando atrair, desenvolver e reter talentos para a Eletrobras CGTEE.
--

Objetivo 05: Implantar novo modelo de suporte ao negócio que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.

Objetivo 06: Desenvolver modelo de gestão empresarial e organizacional baseado nas melhores práticas do mercado.
--

2.1.3 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Como resultado das estratégias supracitadas, além da revitalização e expansão do negócio atual baseado na geração térmica a carvão, a empresa projeta para o futuro o desenvolvimento de novos projetos referentes à diversificação de sua matriz energética. Abordando-se os recentes negócios de geração a carvão pela Eletrobras CGTEE destaca-se o Projeto UTE Candiota III (Fase C). Trata-se de uma unidade geradora a carvão mineral nacional, com potência de 350 MW, localizada no município de Candiota – RS, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal. O investimento atual está na ordem de R\$ 1,5 bilhão. O empreendimento teve a energia totalmente comercializada pela Companhia no leilão de energia realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2005, pelo prazo de 15 anos a contar de 1º de janeiro de 2010.

2.1.4 ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA.

A Eletrobras CGTEE em 2011 concentrou seus esforços em quatro direções: em primeiro lugar priorizou-se a entrada em operação da UTE Candiota III (FASE C) que duplica a capacidade de geração de energia da Companhia, o que repercutiu positivamente no resultado do exercício 2011 e nos níveis de rentabilidade esperada pelos acionistas. Em segundo lugar, investiu-se na revitalização das demais usinas existentes, com ações visando o aumento da eficiência energética e o atendimento às exigências ambientais. Em terceiro, por tratar-se de uma empresa pública, que para além da rentabilidade exigida na iniciativa privada, empenhou-se para fomentar desenvolvimento social nas áreas em que atua, bem como potencializar o conjunto dos colaboradores da empresa. Por último, desenvolveu uma série de programas socioambientais, expressando um intenso comprometimento com as premissas da sustentabilidade. Destaca-se que a Eletrobras CGTEE tem como diretriz fundamental de suas ações, a transparência de seus atos.

Em relação aos resultados alcançados, a geração total de energia elétrica em 2011 foi de 1.902,608 GWh, apresentando uma grande elevação com relação a 2010 em virtude da entrada em operação comercial da Usina Candiota III – FASE C que gerou 1.379,491 GWh. A composição da geração total da CGTEE ainda contou com 478,849 GWh correspondentes à Usina Termelétrica Presidente Médici e 44,268 GWh correspondentes à Usina Termelétrica de São Jerônimo. A UTE Nutepa não foi despachada em 2011.

A relação do consumo de energia dos sistemas auxiliares das usinas (bombas, moinhos, ventiladores, iluminação e outros periféricos), comparadas à produção total de energia, foi de

24,04% na Usina Termelétrica Presidente Médici, de 9,92% na Usina Termelétrica de São Jerônimo e 12,68% na Usina Candiota III – Fase C.

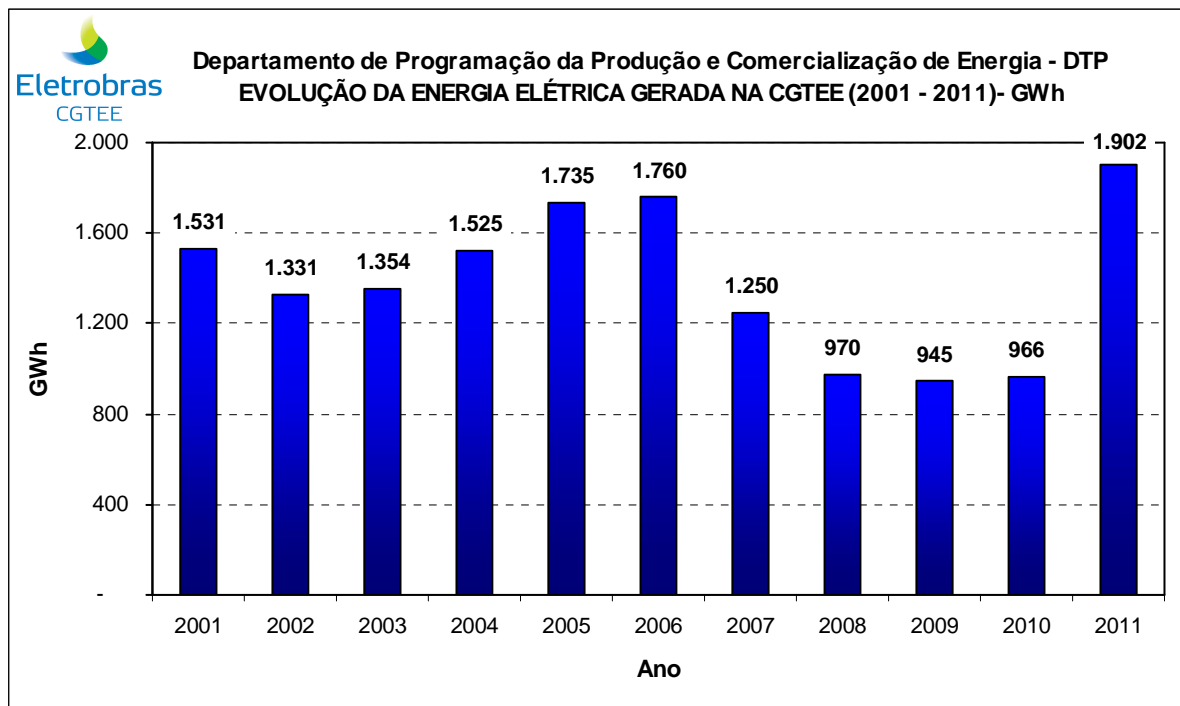


Gráfico 1 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na Eletrobras CGTEE. – Fonte DTP
 No gráfico de geração total de 2011 já está incluída a geração da UTE Candiota III.

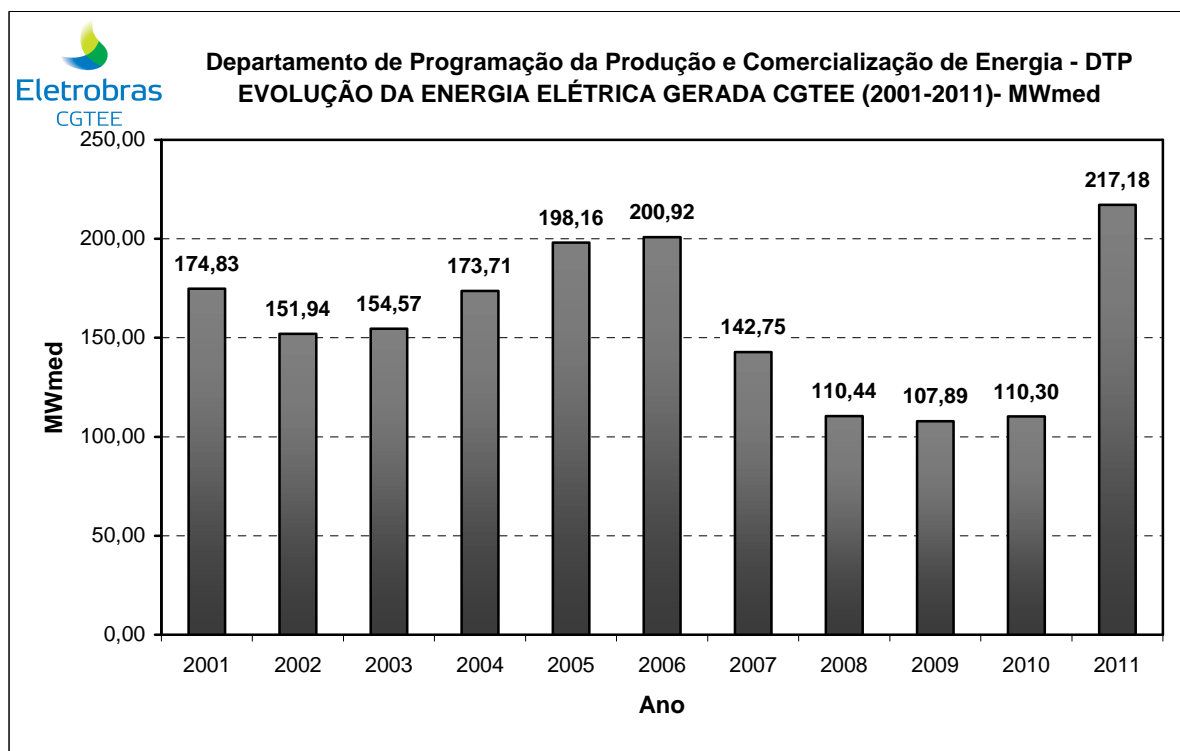


Gráfico 2 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na Eletrobras CGTEE. – Fonte DTP
 * No gráfico de geração média de 2011 está incluída a geração da UTE Candiota III.

A geração foi otimizada em função do preço da energia do subsistema Sul (definido semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e das tendências do mercado de energia. A CGTEE tentou também compatibilizar a energia contratada com o despacho das suas unidades geradoras, considerando a sazonalização dos montantes contratados, visando à diminuição do impacto financeiro causado pela exposição da CGTEE ao mercado de energia. Porém, devido aos índices de disponibilidade apresentados no ano de 2011, as estratégias foram prejudicadas, causando uma exposição maior do que a programada inicialmente.

A Disponibilidade Geral atingiu o índice de 14,40 % na UPME, 64,23 % na USJE e de 66,53 % na Usina Candiota III – Fase C. A NUTEPA, por solicitação do ONS, permaneceu na reserva fria durante o ano de 2011 até a data de 16 de outubro e a partir de então esta Usina ficou indisponível, conforme despacho ANEEL 3970 de 16.10.2011, o seu índice de disponibilidade foi de 66,94 % Na CGTEE, o Índice de Disponibilidade Geral foi de 38,81 %.

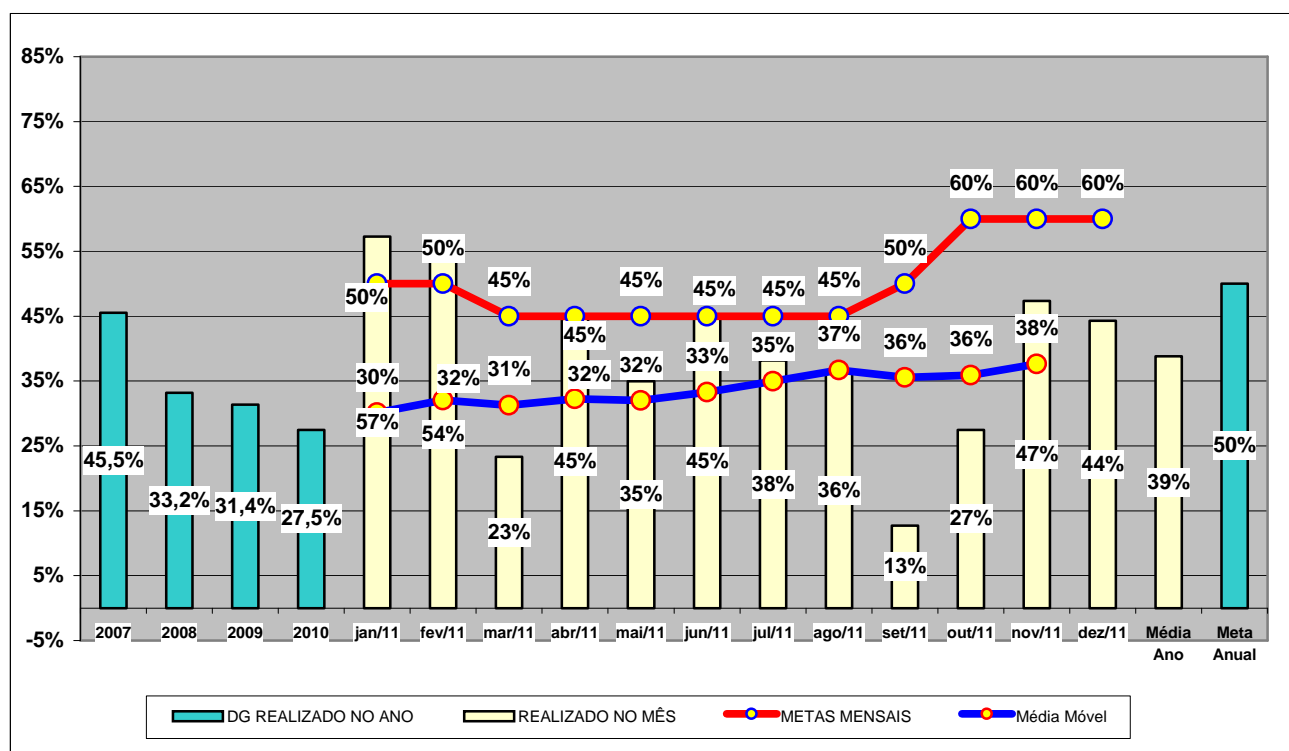


Gráfico 3 – Disponibilidade Geral da Eletrobras CGTEE – Período 2007-2011. Fonte DTP

A seguir, apresentamos informações segmentadas pelas Unidades de Produção:

2.1.4.1 USINA TERMELÉTRICA DE SÃO JERÔNIMO – USJE

No ano de 2011, a Usina de São Jerônimo apresentou uma disponibilidade de 64,23 %, sendo a máquina 2 a unidade que apresentou o melhor índice: 98,02 %. Os índices de disponibilidade das unidades 1 e 3 foram, respectivamente, 0,00 % e 79,45 %.

A unidade 1 ficou indisponível por todo o ano devido ao processo de recuperação do rotor do alternador, com substituição das capas de contenção das bobinas deste equipamento, a ANEEL emitiu o despacho 4630 em 02.12.2011 retirando esta unidade da operação comercial até sua recuperação.

O consumo específico de carvão na Usina de São Jerônimo vem diminuindo em função da recuperação do britador de carvão ocorrida em 2009, no ano de 2011 o consumo específico de 1,62 t/MWh foi inferior se comparado ao de 2010.

A geração total da Usina no ano de 2011 foi de 44,274 GWh, correspondendo a uma geração de 5,054 MW médios. O consumo interno da Usina foi de 9,92% da totalidade da geração.

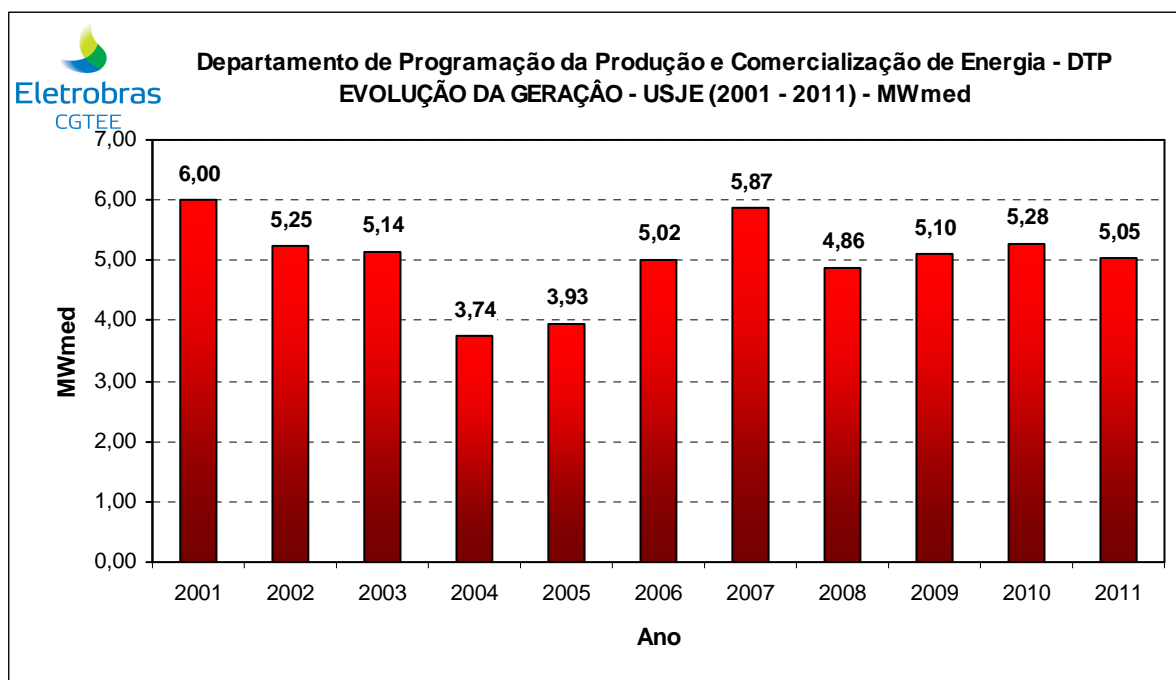


Gráfico 4– Evolução da Energia Elétrica Gerada na USJE – Fonte DTP

2.1.4.2 NOVA USINA TERMELÉTRICA DE PORTO ALEGRE – NUTEPA (DTPP)

A DTPP permaneceu em reserva fria do Sistema Interligado Nacional durante boa parte do ano de 2011. Em 16 de outubro de 2011 foi suspensa a operação comercial desta Usina devido a não realização satisfatória dos testes de comprovação de disponibilidade solicitados e acompanhados pela ANEEL, conforme despacho 3970 de 16.10.2011.

A partir de então, as atividades de manutenção nos equipamentos eletromecânicos das 3 Unidades Geradoras foram intensificadas com o objetivo da realização dos novos testes durante o mês de maio de 2012.

2.1.4.3 OFICINA DE SÃO LEOPOLDO – DTML

A Oficina de São Leopoldo vem trabalhando dentro de seu potencial, atendendo às demandas das várias unidades da Empresa, com foco principal nos serviços solicitados pela Usina Presidente Médici e pela Usina Candiota III – Fase C.

Durante o ano de 2011 foram realizados diversos serviços imprescindíveis para a Empresa e com poucos fornecedores no Estado e, portanto, de difícil contratação em virtude da grande complexidade técnica, tais como: fundição de mancais dos alternadores da Fase A, confecção de engrenagens dos sopradores da UPME, recuperação dos mancais de Bomba de Alimentação da UPME, manutenção dos mancais do ventilador de tiragem da Candiota III, confecção de Tampa e Cubo do Scraper da Candiota III, usinar flanges e domo das válvulas domo (cinza leve) da Candiota III, usinar suporte de cruzeta dos alimentadores da Usina de São Jerônimo, confecção de conjunto Tubo Condensador da Unidade 2 da Usina Nutepa e recuperação de mancal de bomba de alimentação da Usina Nutepa.

2.1.4.4 USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI - UPME

Durante o ano de 2011, a geração média da Usina Presidente Médici foi de 54,650 MW médios.

A maior geração mensal ocorreu em janeiro, na ordem de 93,12MW médios, sendo que a menor geração ocorreu em maio, na ordem de 22,38 MW médios.

Em relação aos índices de disponibilidade verificados em 2011 a Unidade 2 foi a que apresentou os melhores resultados com 31,35 %, seguida da Unidade 1 com 21,36 % e da Unidade 4 com 11,28 %. A Unidade 3 foi a que apresentou o menor índice com 8,109 %.

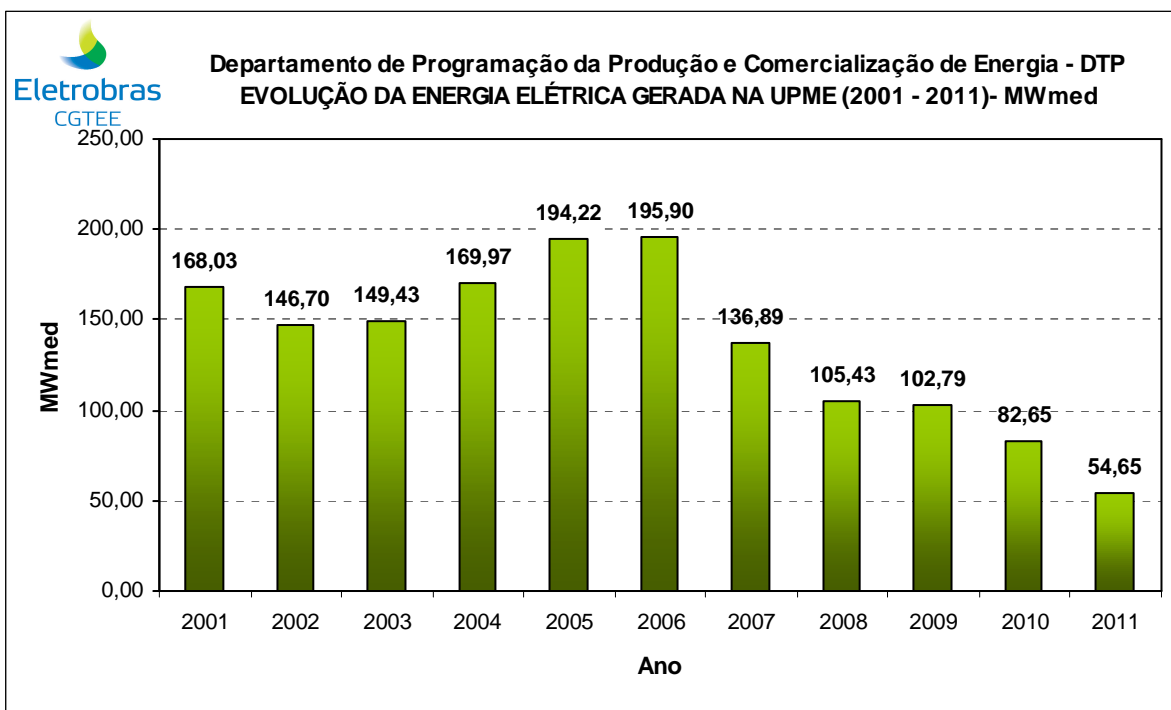


Gráfico 5 – Energia Gerada na UPME Fases A + B no período de 2001 a 2011. – Fonte DTP

A Eletrobras CGTEE vem investindo na manutenção e modernização das suas usinas, como forma de expandir a geração por meio da utilização mais eficiente dos ativos já existentes, como demonstramos a seguir:

2.1.4.4.1 RECUPERAÇÃO DAS UNIDADES DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI FASE B:

Foi contratado junto ao fabricante Alstom e iniciado em 01/08/10 o trabalho de substituição da parte comprometida das paredes d'água da caldeira 4 além da recuperação dos auxiliares e componentes gerais da unidade a cargo da CGTEE, para viabilizar o aumento da disponibilidade desta unidade. A conclusão deste serviço ocorreu em julho, durante o mês de agosto foram realizados os últimos testes finalizados no início de julho de 2011, A partir da entrega da máquina para operação os índices de disponibilidade desta unidade vem apresentando sensível melhora.

Com vistas à recuperação da disponibilidade da Fase B e contratada junto ao fabricante Alstom a recuperação da Caldeira 3 sendo iniciado em 22/03/2011 com previsão inicial de conclusão em 06/09/2011, o trabalho de substituição da parte comprometida das paredes d'água, além da recuperação dos auxiliares e componentes gerais da unidade a cargo da CGTEE. No início do mês de maio/2011, durante inspeção de rotina, foi detectado cisalhamento do anel coletor do rotor do Alternador III cuja recuperação requer uma ação de grande vulto, envolvendo fabricação

de componentes e contratação de serviços com previsão de conclusão destas atividades em 18/06/2012.

Foram substituídos, durante o período da reforma das caldeiras, o sistema de controle das unidades III e IV. Este novo sistema possibilitará uma maior confiabilidade e economicidade na operação das unidades da Fase B, assegurando maior rapidez e segurança operacional dos seus equipamentos.

Com a intervenção nas caldeiras de Fase B com conclusão prevista para o 2º trimestre de 2012, a recuperação das turbinas 3 e 4 que se darão até o final de 2014 a CGTEE espera melhorar significativamente seus índices de disponibilidade.

2.1.4.4.2 EVENTOS DAS UNIDADES DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI FASE A:

Em 27/07/2011, Unidade I da UPME saiu de operação para efetuar medições das proteções do gerador I, quando foi constatado rompimento das capas de contenção do rotor do gerador. No início do mês de Ago/11, foram iniciados os estudos para a definição da solução a ser adotada para esta ocorrência. (recuperação ou substituição do rotor).

Em 09/05/2011, a Unidade II saiu de operação devido a uma explosão na câmara de combustão da Caldeira. A partir deste evento passou-se a efetuar uma recuperação da caldeira desta Unidade. Esta manutenção foi concluída, aguardando a finalização de testes operacionais.

Com a finalidade de disponibilizar geração na Fase A durante a recuperação da Caldeira II e do Gerador I, foi recontistuida e testada a possibilitada de operação cruzada entre caldeira I e Gerador II, esta opção foi disponibilizada e vem sendo utilizada desde 16/08/2011.

Em 2011, os programas executados foram o MSGEE e RUPME, para os quais estão descritos a seguir os principais projetos:

- PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - MSGEE

Finalidade:

Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados na planta, através de manutenções corretivas e preventivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.

- PROGRAMA: REVITALIZAÇÃO DA UPME – RUPME

Finalidade:

Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados na planta, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.

A seguir, uma síntese das principais ações estratégicas desenvolvidas no exercício em questão:

2.1.4.5 UTE CANDIOTA III (FASE C)

No final do exercício 2010, atingiu-se um grande objetivo estratégico da Eletrobras CGTEE: ter a nova unidade comissionada e pronta para entrar em operação comercial, de forma a disponibilizar energia para o atendimento dos compromissos contratuais advindos do Leilão de Novos Empreendimentos da ANEEL realizado em 2005, no qual se comercializou 292 MW médios por um período de 15 anos. Tal meta, mais do que duplica a capacidade de geração de energia da Companhia, o que repercutiu positivamente no resultado do exercício 2010 e nos níveis de rentabilidade esperada pelos acionistas.

Já o exercício 2011 caracterizou-se pela conclusão das obras de acabamento da usina, pela execução de obras de adequação da infraestrutura existente de apoio às atividades operacionais, tais como, portaria, vestiário, oficinas, almoxarifados e rede de dados, e pelo início das atividades de paisagismo (enleivamento e passeios), sendo que estes dois últimos conjuntos de atividades se estenderão durante os primeiros meses do exercício 2012 em razão do atraso na contratação dos serviços de execução, todos por licitação.

Paralelamente as últimas atividades construtivas desenvolvidas em 2011, transcorreu o período original estabelecido no contrato de aquisição da usina, correspondente à Garantia Técnica, de 12 meses, no qual foram constatadas situações que exigiram reparos e/ou substituição de componentes, para os quais foi requerida a prorrogação do Período de Garantia Técnica por mais 12 meses, conforme preconizado no contrato.

É consagrado mundialmente, que uma usina termelétrica a carvão, ao iniciar sua vida operacional, passe por um período de ajustes operacionais, o qual é denominado de “período de infância”. Além dos ajustes operacionais, aparecem nesse período, as deficiências e/ou inadequação de componentes utilizados no processo produtivo, o que também é motivo para que o regime operacional seja impactado negativamente. A UTE Candiota III (Fase C), como não

poderia deixar de ser, está passando por esse período, o que tem lhe conferido atingir um desempenho ainda inferior ao desejável para a vida operacional da unidade. A CGTEE tem atuado no sentido de obter do fornecedor da usina, a regularização, no menor prazo, das não conformidades surgidas, tendo solicitado, inclusive, a prorrogação do Período de Garantia Técnica para um bom número de componentes e equipamentos da usina, conforme anteriormente já manifestado. Também, prejuízos financeiros advindos da performance inferior à desejável estão sendo objeto de discussão quanto a sua indenização, a CGTEE, pelo fornecedor da usina.

O resultado operacional da unidade, portanto, ficou aquém do desejável, no exercício 2011.

O valor final do orçamento de investimento aprovado para 2011 foi de R\$ 179.927, tendo sido realizado o valor de R\$ 162.250 perfazendo um total de 90,2% do valor aprovado para o exercício.

Em 1º de janeiro de 2011 iniciou a operação comercial da Usina Candiota III – Fase C. Durante este ano, a geração total desta Usina foi de 1.379,491 GWh, o que correspondeu a 157,48 MW médios no ano.

Para a realização da geração, o consumo de carvão utilizado foi de 1.301.068 toneladas equivalendo a um consumo específico de 0,94 toneladas por MWh.

Foi verificado em 2011 um Consumo Interno de 12,68% do total da geração realizada neste período.

No decorrer do ano de 2011, a maior geração realizada ocorreu no mês de novembro no montante de 260,59 MW médios.

- **Disponibilidade Geral**

Meta 2011	Índice obtido	Situação	Tipo
50%	38,81%	Meta não atingida	Eficiência e eficácia

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Disponibilidade Geral” visa demonstrar a disponibilidade operacional das unidades para geração de energia elétrica. Quanto maior o percentual de disponibilidade, melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos tempos equivalentes de desligamentos forçados, de desligamentos por falha de partida e de desligamentos programados. O Departamento de Programação da Produção e Comercialização de Energia (DTP) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do Cálculo: $(1 - (DF + DFP + DP / \text{Tempo Total Período})) \cdot 100$

DF = Representa o somatório do tempo equivalente de desligamentos forçados;

DFP = Representa o somatório de tempo dos desligamentos por falha na partida;

DP = Representa o somatório de tempo equivalente de desligamentos programados.

Além das ações relacionadas aos objetivos estratégicos finalísticos, a empresa desenvolveu um conjunto de atos relacionados com a gestão e suporte ao negócio. A seguir uma síntese das principais atividades desenvolvidas, bem como, dos principais canais garantidores da transparência das ações da Eletrobras CGTEE:

2.1.4.6 AÇÕES DE GESTÃO CORPORATIVA**2.1.4.6.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA**

Dentro de um processo de governança corporativa sustentável que valoriza e propicia o aprimoramento da eficiência, diálogo, transparência de processos e atos, da consciência à postura ética, da credibilidade dos negócios, da gestão de risco e controle internos eficazes, e comprometimento da alta gestão com o crescimento e desenvolvimento sustentável, a Eletrobras CGTEE vem buscando aperfeiçoar suas práticas e relações com seus stakeholders, de forma a agregar valor aos seus acionistas, sociedade, produtos /serviços, processos e insumos, imprimindo, assim, qualidade, confiabilidade, rentabilidade e responsabilidade sócio ambiental em seus negócios.

A alta Administração da Eletrobras CGTEE é composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, de acordo com o definido na Lei 6.404 das Sociedades por Ações.

2.1.4.6.2 GESTÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética tem como finalidade orientar e aconselhar sobre ética profissional os integrantes da Eletrobras CGTEE, quanto ao tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete também à Comissão representar a Comissão de Ética Pública, supervisionando a observância da Alta Administração Federal, bem como promovendo a adoção de normas de conduta éticas específicas para os integrantes da Eletrobras CGTEE.

Submete-se ao Código de Ética, no que couber, todo aquele que, por força da lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a Eletrobras CGTEE.

Destacamos as ações desenvolvidas em 2011, como: a participação da Comissão no I Encontro de Gestores de Contratos, evento organizado pela Divisão de Formação e Qualificação Profissional (DAHT) e pela Assessoria de Gestão (PRG) ocorrido na Sede e também em Candiota. A atividade teve como público alvo os gestores de contratos, gestores substitutos e fiscais, tendo sido abordado entre os temas “A ética na gestão dos contratos”.

Ocorreu também a continuidade da distribuição do novo Código de Ética Único das empresas Eletrobras para empregados e terceirizados.

2.1.4.6.3 OUVIDORIA GERAL

A Ouvidoria Geral tem a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápido e eficiente entre a direção da empresa, a comunidade em que está inserida e com o público interno e externo, colaborando para o alcance da eficiência na prestação dos serviços, da transparência, da sustentabilidade, da ética no planejamento e na excelência da gestão administrativa.

Em 2011, com o objetivo de alcançar maior excelência no atendimento aos usuários internos e externos da Ouvidoria, foi redimensionada, atualizada e unificada a versão do Sistema Unificado de Ouvidorias do Sistema Eletrobrás.

Também foram executadas diversas ações, visando divulgar com maior abrangência, informações sobre o acesso à Ouvidoria e as garantias de confidencialidade da manifestação dos usuários, bem como, foi realizada a divulgação do funcionamento da Ouvidoria nos Boletins Informativos, Folders, Seminários, Fórum Regional com as comunidades, murais e nas urnas nas Unidades. Em consonância com a política de sustentabilidade do Sistema Eletrobras, foi mantido e divulgado o Canal Verde destinado às manifestações sobre questões sócio-ambientais.

2.1.4.6.4 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Tem como objetivo disponibilizar informações no *site* da empresa sobre execução orçamentária e financeira, licitações, contratações, convênios, instrumentos congêneres, diárias e passagens.

2.1.4.6.5 COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

A CGTEE através do comitê declara o seu compromisso com a sustentabilidade contribuindo para uma sociedade baseada na justiça econômica e social, respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos universais. A responsabilidade com o meio ambiente e a sociedade está expressa em nossa missão, visão e nos valores éticos que fundamentam todas as nossas atividades.

Esse comprometimento vem sendo confirmado por meios de decisões como a adesão ao pacto global e a outros instrumentos que buscam o desenvolvimento sustentável e a promoção da cidadania.

2.1.4.6.6 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Comissão designada pela Diretoria Executiva em agosto de 2008, para alienação dos imóveis residenciais localizados na Vila Operária em Candiota, realizou de agosto/2008 a dezembro/2011, a venda de (204) duzentas e quatro casas, totalizando R\$ 6.360.500,00 (Seis milhões trezentos e sessenta mil e quinhentos reais).

2.1.4.6.7 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I ANEEL) da CGTEE vem sendo realizado desde o ano de 2000 e a tabela abaixo demonstra os valores aplicados pela CGTEE em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, conforme Leis nº. 9.991 de 24/07/2000 e nº. 10.848 de 15/03/2004.

CICLO	P&D+I (R\$)	FNDCT* (R\$)	MME** (R\$)
2000/2001	706.000,00	685.821,36	-
2001/2002	840.036,00	780.078,50	-
2002/2003	795.446,00	728.929,21	-
2003/2004	764.364,00	697.033,64	348.516,82
2004/2005	889.224,00	888.229,27	444.114,64
2005/2006	702.760,47	702.760,47	351.380,00
2006/2007	624.789,00	624.789,00	312.394,50
2007/2008	566.417,40	566.417,39	283.216,89
2008	659.013,77	548.121,77	274.060,88
2009	1.019.244,72	766.126,21	383.063,08
2010	2.130.438,83	2.130.438,83	1.065.219,66
2011	2.223.642,71	2.223.642,71	1.111.821,37

Tabela 2 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério de Ciência e Tecnologia)

** Empresa de Pesquisas Energéticas (Ministério de Minas e Energia)

***Considerando a projeção de valores referente à ROL para os meses de novembro e de dezembro.

O saldo acumulado da carteira de P&D+I da CGTEE para aplicação em pesquisas, desenvolvimento e inovação até 31 de dezembro de 2011 contava R\$ 8.800.487,22 (oito milhões, oitocentos mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos).

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D+I a CGTEE está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

Nos anos de 2010 e 2011 a Eletrobras CGTEE prospectou no mercado projetos de pesquisa que atendessem a essa diretriz e registrou em carteira os seguintes projetos que serão implementados a partir de 2012:

Título: Desenvolvimento de um produto inovador utilizando cinzas de carvão fóssil (volantes e de fundo) para aplicação como concreto compactado com rolo – CCR em pavimentação

Título: Sistematização e organização de dados de qualidade do ar, meteorológicos e de fonte para a região de Candiota e seu uso em modelos prognóstico e diagnóstico da qualidade do ar na região de Candiota.

Título: Desenvolvimento de um sistema de Monitoramento On-line de Geradores Síncronos.

Título: Desenvolvimento de um sistema Monitoramento e Diagnóstico On-line de Motores de Indução.

Título: Operação da unidade de biofixação de gás carbônico por microalgas instalada na UPME.

Título: Caracterização Avaliação da Eficiência Agronômica e Qualidade dos Alimentos e da Segurança Ambiental de Matrizes à Base de Produtos da Cadeia do Carvão Mineral para uso na Agricultura.

Título: Geoquímica do Carvão e seus sub-produtos após combustão objetivando uma base de dados para distintos impactos ambientais e à saúde humana. (Em análise pelo Comitê de P&D+I).

Título: Aplicação da tecnologia de degradação dos GEE (gases do efeito estufa) e outros poluentes por plasma térmico nas emissões de usinas termoeletricas. (Em análise pelo Comitê de P&D+I).

Ressaltam-se também nesta análise da estratégia empreendida pela empresa em 2011, alguns aspectos relacionados com os resultados financeiros da Companhia:

2.1.4.7 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

As informações relativas ao valor adicionado da Companhia são integrantes das Demonstrações Contábeis, através da “Demonstração do Valor Adicionado”, conforme estabelecido na NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovada pela resolução CFC nº. 1.003/2004. A tabela a seguir apresenta os coeficientes de distribuição do valor adicionado em 2011 em relação ao ano de 2010.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
2011		%	2010		%
Colaboradores	92.170	16,58%	Colaboradores	68.599	33,82%
Governo	110.457	19,87%	Governo	82.016	40,44%
Agentes Financeiros	335.983	60,45%	Agentes Financeiros	10.994	5,42%
Acionistas	17.208	3,10%	Acionistas	41.211	20,32%
Total	555.818	100,00%	Total	202.820	100,00%

Valores em milhares de reais

Tabela 3 – Valor Adicionado

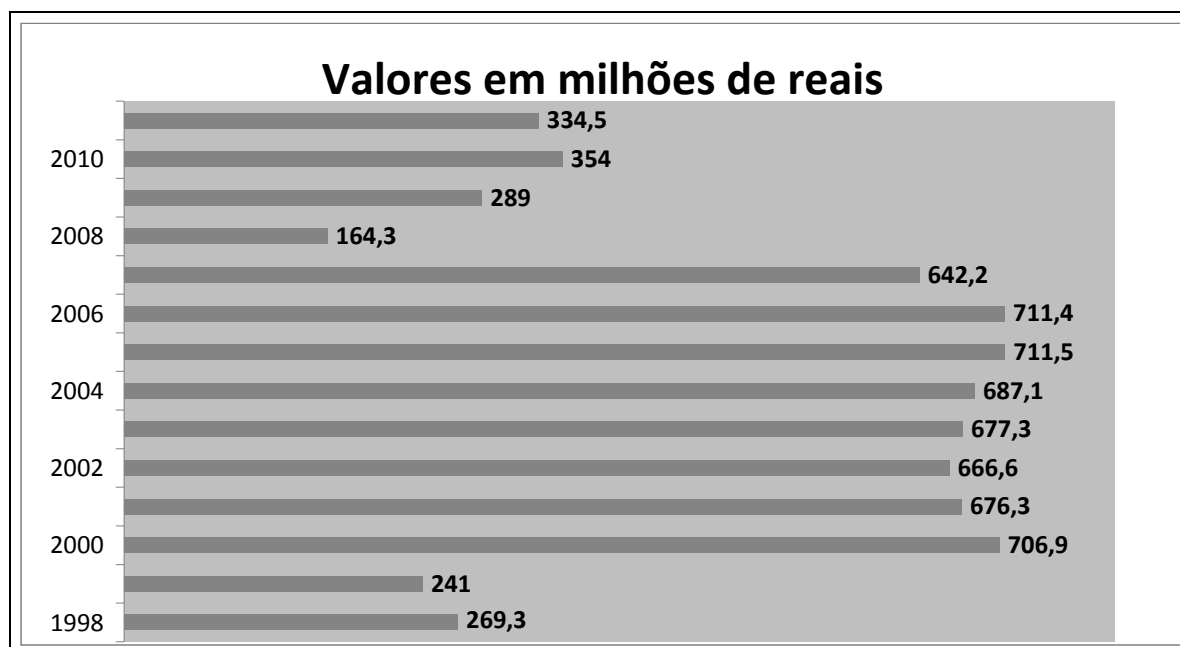


Gráfico 6 - Evolução do Patrimônio Líquido – Período 1998 – 2011

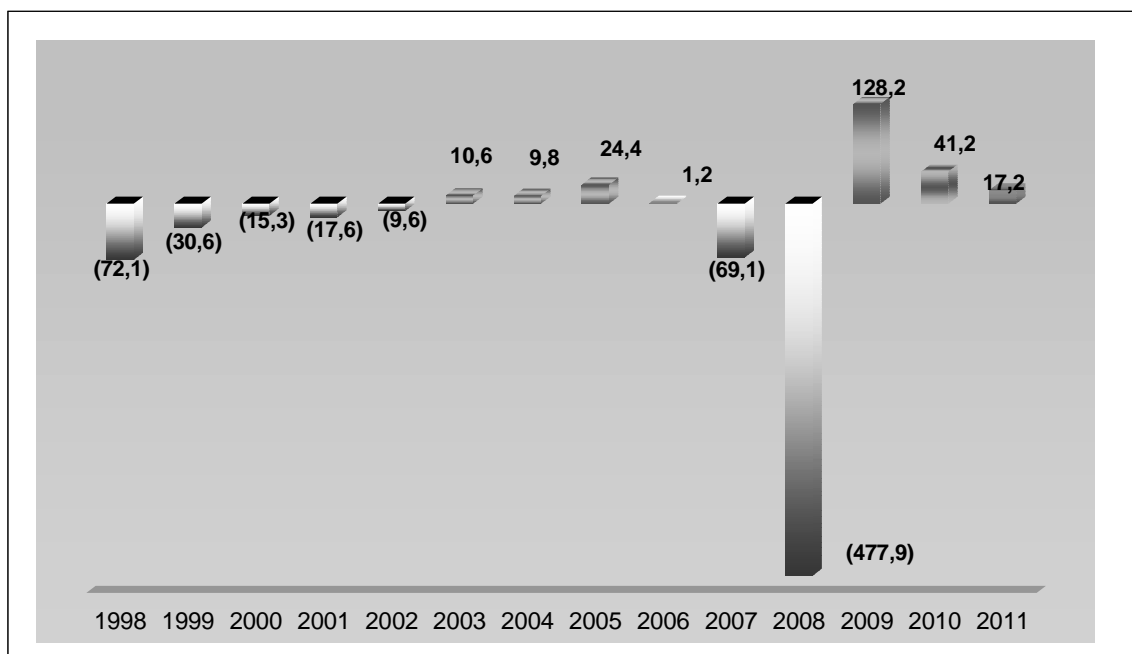


Gráfico 7 - Evolução do Resultado – Período 1998 – 2011

Em 2011, a Companhia obteve lucro líquido, descontado o imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$ 17,2 milhões, menor que em 2010, que foi 41,2 milhões, porém mantendo os resultados positivos de balanço.

É demonstrada no Gráfico 7, acima, a evolução dos resultados anuais da Companhia já levando em conta os ajustes comentados.

O comportamento de redução do Patrimônio Líquido de 2011 de R\$ 334,5 milhões em relação a 2010 de R\$ 354,0 milhões teve origem na contabilização do Ajuste de Variação Patrimonial de R\$ 7,9 milhões, visualizado no ORA (Outros Resultados Abrangentes). Também influenciou a redução da PL a diminuição dos Dividendos Adicionais Propostos pela redução dos lucros de R\$ 11,6 milhões. A reserva legal teve um acréscimo de 5% conforme estatuto representando 0,8 milhão.

A Companhia está divulgando as Demonstrações Contábeis com a adoção dos CPCs, devido aos pronunciamentos contábeis, resultantes da promulgação das Leis 11.638/07 e 11.941/09 que alteraram as normas contábeis da Lei 6.404/76, no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade a partir de pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e referendados pela CVM, IBRACON e ANEEL.

A Companhia realizou a adoção no exercício de 2010, onde foi necessário ajustar e reclassificar suas demonstrações contábeis, utilizando os textos legais em implantação. Tiveram relevância na CGTEE os pronunciamentos CPC 27 – Ativo Imobilizado, e o OCPC 05 – Orientação Contrato de Concessão, desenvolvida e aplicada nas demonstrações de 2008, 2009 e 2010. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição em 1º de janeiro de 2009. Para o exercício de 2011, continuamos revisando a nova legislação e o resultado apresentado reflete este contexto.

O cenário do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 para Eletrobras CGTEE apresentou na realização de suas receitas um incremento de 7%, motivados pelo início do contrato de venda de energia com ENERPAR, e pela atualização pelo IPCA dos contratos de venda de energia.

Com relação às deduções da receita operacional, teve um crescimento de 102% no exercício de 2011, a rubrica encargos do consumidor a recolher, por mudança no critério do cálculo da RGR, que em 2010 foi elaborado com base do faturamento sem a Fase C.

Ocorreram realizações inferiores ao realizado em 2010 nas rubricas Energia Comprada para Revenda em 2011 foi de R\$ 49,9 milhões (31 de dezembro de 2010 de R\$ 304,4 milhões) e Encargos do Uso da Rede Elétrica em 2011 foi de R\$ 19,8 milhões (31 de dezembro de 2010 de R\$ 23,5 milhões), estas variações tiveram origem na redução da necessidade de compra de energia para UTE Candiota III (Fase C) e baixo preço do PLD em 2011, e por ajustes nas tarifas de conexão em função de cobrança indevida em 2010.

As demais rubricas tiveram incremento e a que mais ressalta e material que teve um acréscimo em função da compra de cal para UTE Candiota III (Fase C).

A Companhia receberá aumento de capital e encontra-se registrado na rubrica AFAC (Adiantamento para futuro aumento de Capital) no valor de R\$ 452,7 milhões (324,0 milhões em 31 de dezembro de 2010), que está condicionado ao parecer favorável do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, bem como a celebração do Contrato de Metas e Desempenho Empresarial - CMDE e a alteração dos estatutos sociais das empresas controladas e da Eletrobras. O montante do aporte previsto foi recebido pela Companhia e encontra-se registrado como Recursos destinados ao aumento de capital no Passivo não circulante.

No final de 2011, os ativos financeiros de curto prazo equivaliam a 0,78 vezes os compromissos de mesma natureza, o que demonstra a liquidez financeira da Companhia, sendo verificado um decréscimo de 17,89% em relação ao índice obtido em 2010, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

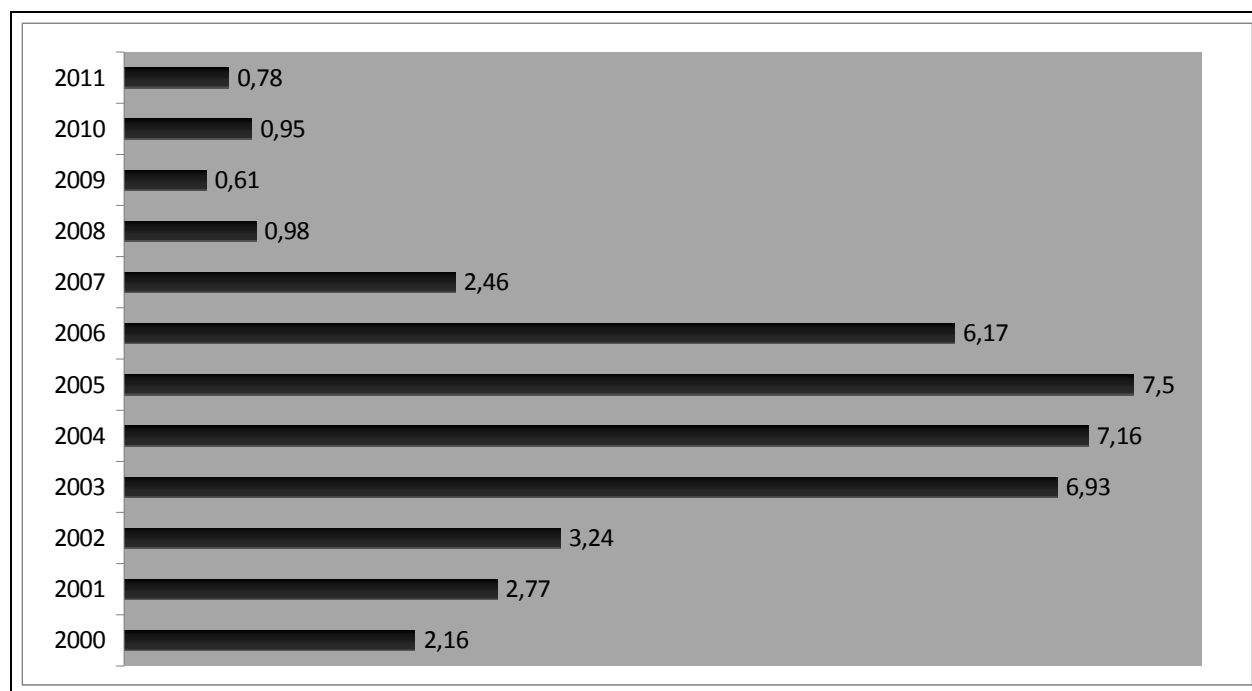


Gráfico 8 - Evolução do Índice de Liquidez Corrente – Período 2000 – 2011

A capacidade de geração interna de recursos decorrentes das atividades operacionais da Companhia, que é exclusivamente a produção de energia elétrica a partir da termoelectricidade, no exercício de 2011, medida através do EBITDA (*Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*), atingiu R\$ 522,16 milhões, superior ao valor de R\$ 152,42 milhões obtido no exercício de 2010, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

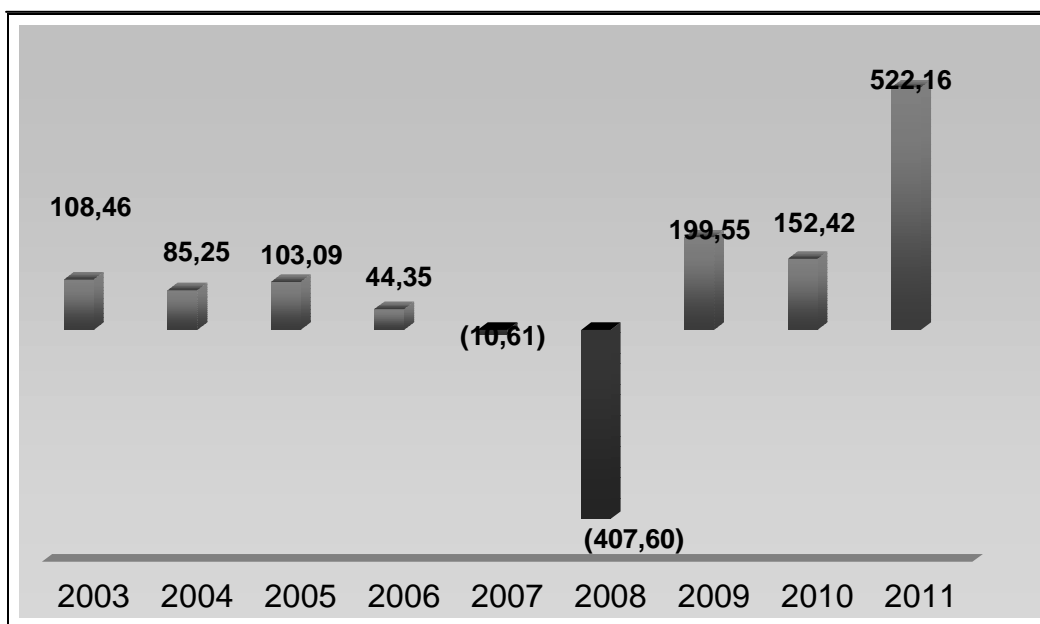


Gráfico 9 - Evolução do EBITDA – Período 2003 – 2011

A CGTEE, ao longo do ano de 2011, exportou energia para o Uruguai através da Usina Presidente Médici. A geração líquida destinada à exportação foi de 62,664 MWh, representando uma receita de R\$ 10.894,14.

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA	25.752. 0295.3380.0043				
Denominação	Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, em Candiota (RS)				
Tipo do Programa	Projeto				
Objetivo Geral	Adequação Ambiental das Fases A e B do Complexo Termelétrico da UTPM				
Objetivos Específicos	Implantar um sistema de abatimento de dióxido de enxofre e material particulado				
Gerente	Ildo Wilson Gruthner				
Público Alvo	Consumidores de Energia Elétrica da Região Sul				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
4.329.050,00	37.760.000,00	0,00	12.387.908,00	0,00	0,00
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade)	Referência		Índice	Índice

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Realização Econômico-financeira	31/12/2011	100 %	32,81 %	100 %	32,81 %
Fórmula de Cálculo do Índice						
= (Realização Econômica e Financeira)/ (Dotação Inicial)*100						
Análise do Resultado Alcançado						
Os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados devem-se ao fato que o processo licitatório para aquisição de um sistema de abatimento de material particulado e óxidos de enxofre, previsto para ser finalizado em 2011 e responsável por aproximadamente 70% da dotação prevista, fracassou, sendo relançando em 2012.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		25.752.0807.4101.0040				
Denominação		Manutenção e Adequação de Bens Imóveis				
Tipo do Programa		Preservação Patrimonial				
Objetivo Geral		Manutenção e adequação patrimonial				
Objetivos Específicos		Possuir espaços adequados ao negócio da Companhia				
Coordenador da Ação		Simone Russel Mignoni				
Público Alvo		Unidade produtiva e administrativa				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
930.000,00	930.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Realização Econômica e Financeira	31/12/2011	100 %	0,00	100	0,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
= (Realização Econômica e Financeira) / (Dotação Inicial) %						
Análise do Resultado Alcançado						
Não houve realização no período, em razão de alterações nos projetos apresentados.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	25.752.0807.4102.0040					
Denominação	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.					
Tipo do Programa	Atividade					
Objetivo Geral	Garantir confiabilidade e apoio ao negócio da Companhia					
Objetivos Específicos	Otimização e suporte nas atividades da Companhia					
Coordenador da Ação	Simone Russel Mignoni					
Público Alvo	Unidade produtiva e administrativa					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					

1.242.437,00	894.061,11	0,00	348.375,89	0,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Realização Econômica e Financeira	31/12/2011	100 %	28,04 %	100 %	28,04 %
Fórmula de Cálculo do Índice						
= (Realização Econômica e Financeira) / (Dotação Inicial) %						
Análise do Resultado Alcançado						
A realização da meta ficou comprometida devido ao atraso na liberação da renovação da frota.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		25.752.0807.4103.0040				
Denominação		Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento.				
Tipo do Programa		Atividade				
Objetivo Geral		Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte a área operacional.				
Objetivos Específicos		Este projeto prevê a atualização e ampliação das ferramentas de gestão da informação adequando as necessidades dos serviços e as evoluções tecnológicas.				
Coordenador da Ação		Zoarês Mar Mathias				
Público Alvo		Unidade produtiva e administrativa				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.046.461,00	1.238.197,80	0,00	1.238.197,80	0,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Realização Econômica e Financeira	11/04/2012	100%	60,5%	100%	60,5%
Fórmula de Cálculo do Índice						
= (Realização Econômica e Financeira)/ (Dotação Inicial)%						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2011. foram substituídos microcomputadores obsoletos, adquiridos em 2000 e 2001. Concluída a migração de versão do software rede de Gestão ERP SAP R/3. Adquiridos também servidores e periféricos para o projeto de migração e substituição nas unidades da DTPP e DTPJ.						

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	25.752.2033.4493.0040
Denominação	Manutenção do sistema de Geração de Energia Elétrica

Tipo do Programa	Atividade					
Objetivo Geral	Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária					
Objetivos Específicos	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul					
Gerente	Ildo Wilson Gruthner					
Público Alvo	Consumidores de energia elétrica da região Sul					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
21.654.525,00	16.182.459,00	0,00	8.705.277,00	0,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Realização Econômica e Financeira	09/04/2012	100,0%	53,79%	100,0%	53,79%
= (Realização Econômica e Financeira)/ (Dotação Inicial)%						
Análise do Resultado Alcançado						
A Ação MSGEE (Manutenção do sistema de Geração de Energia Elétrica) teve uma realização inferior ao dotado em 2011 pelas razões que expomos a seguir. Para a UPME (Usina Termelétrica Presidente Médici), houve atraso no andamento dos processos administrativos e licitatórios da aquisição dos atemperadores das unidades 1 e 2 da Fase A e do sistema de inertização por CO2 da UPME, na aquisição de equipamentos de laboratório, na aquisição de motores elétricos e outros equipamentos menores. Para UTSJ (Usina Termelétrica São Jerônimo), informamos que não foram realizadas as ações de aquisição de capas de contenção do alternador I, do cercamento da área industrial da UTSJ e a retubagem do condensador.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		25.752.0295.3372.0043				
Denominação		Revitalização da UPME				
Tipo do Programa		Projeto				
Objetivo Geral		Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária.				
Objetivos Específicos		Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul				
Gerente		Ildo Wilson Gruthner				
Público Alvo		Consumidores de energia elétrica da região Sul				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
109.284.277,00		79.472.096,00	0,00	73.845.260,00	0,00	0,00
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Realização	09/04/2012	100%	67,57 %	100%	67,57 %

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Em 2011 a situação da execução orçamentária dos sete projetos de investimento da Eletrobras CGTEE foi a seguinte:

- Adequação ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, fases A e B em Candiota. 32,8% do orçamento realizado em decorrência da finalização do processo licitatório para aquisição do Sistema de Abatimento de Óxidos de Enxofre e Material Particulado não terem ocorrido dentro do cronograma previsto.
- Implantação da Usina Termelétrica Candiota III – Fase C – 90,18% do orçamento realizado. A obra foi concluída, está em operação comercial e com a totalidade da energia comercializada no ambiente regulado conforme idealizada.
- Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica – 53,79% de realização orçamentária. Em que pese todo o esforço na execução do orçamento parte do processo foi prejudica pela demora do processo licitatório e também em razão da demora no processo de contratação dos serviços.
- Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota/RS – 67,5% de realização orçamentária em decorrência do atraso no andamento do processo administrativo do sistema de manuseio de carvão e ao fato de que o processo de substituição e descarte dos transformadores isolados/resfriados com ascarel teve licitação fracassada e sofreu revisão no projeto básico. Outro fator se refere ao contrato das turbinas da Fase B cujo pagamento sofreu um adiamento com reflexo na entrega dos materiais.
- Manutenção e adequação de bens imóveis – A realização de 0% do orçamento se justifica em função das alterações no Projeto Básico que trata da reforma e ampliação de edificações da oficina elétrica e mecânica DTPC, Fase A e B. A dotação inicial foi de R\$ 781.100,00, mas em 09/02/2011, por meio da lei 12.381 foi aprovado um complemento passando para R\$ 930.000,00.
- Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos. Realização orçamentária de 28,04% em razão da demora na elaboração do Projeto Básico.
- Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento. Realização orçamentária de 60,5%. A outra parte foi prejudicada em decorrência das finalizações dos projetos básicos para aquisições de storages, novas licenças de MYSAP e licenças da Microsoft – Office client.

Consideradas as informações sobre os resultados alcançados a realização orçamentária total em 2011 foi de 74,5%.

2.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
Energia	Energia Elétrica	0295 - Energia na Região Sul	3380	Projeto	1	Realização econômico-financeira	100%	32,8%	100%
Imóveis	Imóveis	0807 - Infraestrutura	4101	Ativ.	2	%	100%	0%	100%
Materiais	Materiais	0807 - Infraestrutura	4102	Ativ.	2	%	100%	28,04%	71,96%
Materiais	Materiais	0807 - Infraestrutura	4103	Ativ.	2	%	100%	60,05%	100%
Energia	Energia Elétrica	2033	4493	Ativ.	1	%	100%	53,79%	100%
Energia	Energia Elétrica	2033	3372	Projeto	1	%	100%	67,57%	100%
Energia	Energia Elétrica	0295 - Energia na Região Sul	1127	Projeto	1	% de execução física	100%	90,18%	0%
Fonte: SIGPLAN									

ANÁLISE CRÍTICA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

A Eletrobrás CGTEE em 2011 realizou sete projetos de investimentos, sendo três de Infraestrutura composto por Bens Móveis, Imóveis e Ativos de Informática, um de Manutenção do Sistema de Geração de Energia que apresentou uma realização de 53,79%, um de Revitalização da Usina Presidente Médici (UPME) com realização de 67,57%, um de Expansão de energia denominado de UTE Candiota III (Fase C) que apresentou realização de 90,18%, sendo concluído este projeto em 2011 e o último denominado Adequação Ambiental da UPME que apresentou realização de 32,81%.

Desta forma a realização total foi de 74,5% do investimento aprovado. A justificativa do não atingimento da meta ocorreu por conta da realização parcial dos projetos de Infraestrutura, Manutenção do Sistema de Geração, Revitalização da UPME e Adequação Ambiental da UPME.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/ FINANCEIRO

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

“Não se aplica a natureza da UJ”

2.4.1.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Os orçamentos de custeio e de investimento para o ano de 2011 foram aprovados, respectivamente, pelo Decreto nº 7.375, de 29/11/2010, e pela Lei nº 12.381, de 09/02/2011, sendo o custeio revisado pelo Decreto nº 7.605 de 10/11/2011 e remanejo conforme Ofício nº 878/2011/MP/SE/DEST, de 30/11/2011 e o investimento revisado pela Lei nº 12.538 de 08/12/2011.

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO - 2011 (*)			
	(a) Dotação	(b) Realizado até Dezembro/2011	(b/a) Índice Realizado
1. RECEITAS			
1.1. Receita de Suprimento	671.279.507,00	630.228.698,00	93,9%
1.2. Reembolso da CCC	163.432.435,00	149.577.488,00	91,5%
1.3. Rec.Financeiras	8.000.000,00	7.125.514,00	89,1%
1.4. Outras Receitas	5.027.504,00	4.708.919,00	93,7%
1.5. Empréstimo – Eletrobrás	258.308.022,00	77.435.959,00	30,0%
1.6. Adiantamento – AFAC	77.363.900,00	77.363.900,00	100,0%
TOTAL RECEITA	1.183.411.368,00	946.440.478,00	80,0%
2. INVESTIMENTOS			
2.1. Manut.Bens Imóveis	930.000,00	-	0,0%
2.2. Manut.Adeq.Ativ.Informática	2.046.461,00	1.238.198,00	60,5%
2.3. Manut.B.Móveis, Veic, Maq.	1.242.437,00	348.376,00	28,0%
2.4. Manut.Sist.Geração de Energia	16.182.459,00	8.705.277,00	53,8%
2.5. Implantação de Candiota III (Fase C)	179.927.900,00	162.250.133,00	90,2%
2.6. Revitalização da UPME	109.284.277,00	73.845.260,00	67,6%
2.7. Adequação Ambiental da UPME	37.760.000,00	12.387.908,00	32,8%
SUB-TOTAL INVESTIMENTO	347.373.534,00	258.775.152,00	74,5%
4. DÍVIDA			
4.1. Principal - Empréstimo e Financiamento	103.135.271,00	86.631.842,00	84,0%
4.2. Encargos- Empréstimo e Financiamento	45.571.887,00	86.511.783,00	189,8%
SUB-TOTAL DÍVIDA	148.707.158,00	173.143.625,00	116,4%
5. CUSTEIO			
5.1. Pessoal e Encargos Sociais	89.442.956,00	87.028.717,00	97,3%
5.2. Material e Produtos	356.511.933,00	296.929.542,00	83,3%
5.3. Serviços de Terceiros	79.159.541,00	60.511.147,00	76,4%
5.4. Utilidades e Serviços	2.300.386,00	1.839.104,00	79,9%
5.5. Tributos e Encargos	126.214.199,00	88.820.636,00	70,4%
5.6. Demais Despesas Correntes	42.880.840,00	34.675.591,00	80,9%
SUB-TOTAL CUSTEIO	696.509.855,00	569.804.737,00	81,8%
TOTAL GERAL (2+4+5)	1.192.590.547,00	1.001.723.514,00	84,0%
6. Dividendos Distribuídos	8.884.664,00	16.347.699,00	184,0%

DESCRIÇÃO	TOTAL					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1. PASSAGENS	731	425	260	271	456	708
2. DIÁRIAS E OUTRAS DESPESAS DE VIAGEM	574	541	372	258	426	660
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	30.352	28.392	33.623	30.717	28.595	48.495
3.1. Publicidade	2.838	838	658	322	215	1.246
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	16.930	18.799	20.843	21.871	19.632	35.336
3.3. Tecnologia da informação	319	543	460	1.076	1.266	1.056
3.4. Outras Terceirizações	10.265	8.211	11.662	7.448	7.482	10.857
3.5. Suprimento de fundos						
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO						
TOTAIS	31.657	29.358	34.255	31.246	29.477	49.863

2.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

2.4.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

2.4.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

2.4.4.3 DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Com o objetivo de estabelecer metas e resultados de gestão visando melhorar a eficiência da empresa e com o objetivo de dar sustentação ao equilíbrio econômico financeiro e atender os objetivos estratégicos foi aprovado em 2009 o Contrato de Metas de Desempenho (CMDE).

INDICADORES	FÓRMULAS	Resultado 2011	Meta para 2011	Variação Percentual	INFORMAÇÕES TÉCNICAS
Custos com PMSO	<u>PMSO</u> ROL	<u>269,43</u> 550,35 49,00%	54,84%	-10,70%	Este indicador tem a finalidade de qualificar a participação dos Custos Operacionais na Receita Operacional Líquida da Empresa. Quanto menor melhor.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	<u>Lucro Líquido</u> Patrimônio Líquido	<u>17,21</u> 322,26 5,34%	1,9%	181,05%	Indicador clássico de lucratividade para análise da Empresa pois revela quanto a empresa teve de lucro líquido/prejuízo líquido para cada Real de capital próprio. Quanto maior melhor.
Cobertura da Dívida	<u>Serviço da Dívida</u> EBITDA	<u>173,14</u> 251,00 66,30%	96,70%	-31,40%	Avalia a capacidade da Empresa pagar o serviço da dívida (principal+encargos) com geração de caixa operacional no período de um ano. Quanto menor melhor
Investimento Realizado	<u>Investimento Realizado</u> Investimento Aprovado	<u>258,78</u> 347,37 74,50%	84,40%	-11,73%	Avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados. Quanto maior melhor.
Margem Operacional	<u>Resultado Operacional</u> ROL	167,33 550,35 30,40%	24,10%	26,20%	Indicador de eficiência operacional. Quanto maior a margem melhores resultados para cada Real vendido tendo assim custos operacionais mais reduzidos.
Produtividade	<u>ROL</u> Nº de Empregados R\$mil	550,35 727 757	807	-6,20%	Mede a Receita Operacional Líquida gerada por Empregado. Quanto Maior melhor.

A CGTEE colheu resultados satisfatórios, pois reverteu uma sequência de prejuízos nos últimos anos, que refletiu positivamente na consecução do conjunto de metas pactuadas entre a empresa e a Eletrobras no horizonte 2010. Com isso, a performance econômico-financeira da Companhia atingiu um lucro líquido de 41,2 milhões de reais, implicando numa rentabilidade de 11,6% ,seguido de uma margem operacional na ordem de 4,6%(Ver Anexo I). Esse resultado animador decorreu do acréscimo substancial da receita da Fase C, acompanhado de uma política e prática constante de redução de custos da empresa.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 108, DE 24/11/2010.

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITO OU RECURSOS

“Não ocorreu no período”

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 108, DE 24/11/2010.

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 108, DE 24/11/2010.

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1 DEMOSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	721	721	32	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	721	721		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)	721	721	32	13

Fonte: Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa –SAP (Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).

5.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	

2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	53
4.1. Doença em pessoa da família	53
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	55

Fonte: Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa –SAP (Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).

5.1.3 QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	39	39	13	6
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	54	54		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	7	7	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	93	93	13	6

Fonte: Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa –SAP (Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).

5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	131	111	173	203	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	131	111	173	203	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	8	9	31	37	8
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	3	11	14	7
2.3. Funções gratificadas	4	6	20	23	1
3. Totais (1+2)	139	120	204	240	14

Fonte:Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa -SAP(Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).

5.1.5 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	61	52	340	160	0	7	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira	0	0	61	52	340	160	0	7	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	3	36	45	0	3	6
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	12	21	0	0	5
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	2	24	24	0	3	1
3. Totais (1+2)	0	0	61	55	376	205	0	10	10

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa -SAP(Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1 CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

5.2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	76	72	79	71	
1.1 Área Fim	33	30	36	30	
1.2 Área Meio	43	42	43	41	
2. Nível Médio	17	20	22	18	
2.1 Área Fim	6	7	6	6	
2.2 Área Meio	11	13	16	12	
3. Total (1+2)	93	92	101	89	627.513,56

Fonte: Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa –SAP (Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A 5.9 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas		Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	23.488.614	0	275.396	21.018.675	0	9.705.238	4.710.293	0	0	59.198.216
	2010	21.116.255	0	207.552	17.233.999	0	7.589.419	2.732.640	0	0	48.879.865
	2009	20.401.408	0	194.588	14.067.487	0	5.888.231	2.417.301	0	0	42.969.015
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	434.941	0	0	0	0	0	0	0	0	434.941
	2010	968.046	0	0	0	0	0	0	0	0	968.046
	2009	713.304	0	0	0	0	0	0	0	0	713.304
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	3.335.770	0	0	0	0	0	0	0	0	3.335.770
	2010	2.937.818	0	0	0	0	0	0	0	0	2.937.818
	2009	2.837.917	0	0	0	0	0	0	0	0	2.837.971
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	1.142.083	0	32.972	4.362	0	0	0	0	0	1.179.417
	2010	1.064.154	0	31.068	3.176	0	0	0	0	0	1.098.398
	2009	1.032.859	0	32.972	4.362	0	0	0	0	0	1.070.193
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	5.239.022	0	1.447.489	1.076.179	0	996.117	1.165.046	0	0	9.923.853
	2010	4.889.946	0	1.241.980	850.315	0	883.453	830.626	0	0	8.696.320
	2009	4.035.730	0	1.072.556	526.320	0	762.885	697.335	0	0	7.094.826

Fonte: Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa –SAP (Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).

5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Assistente Administrativo	02	0	0	02	0
Assistente Técnico	457	528	319	0	71
Técnico (Edificações / Eletromecânica / Eletrônica / Eletrotécnica / Mecânica / Química / Telecomunicações / Segurança do Trabalho)	38	50	26	0	12
Engenheiro Mecânico	02	03	01	0	01
Técnico de Enfermagem	04	05	06	0	01
Enfermeiro	01	01	02	0	0
Médico do Trabalho	03	01	02	02	0
Psicólogo	0	0	02	0	0
Total	507	588	358	04	85
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
<p>A Eletrobras, por determinação do Ministério de Minas e Energia está coordenando o cumprimento do Acórdão 2132/2010 do TCU.</p> <p>Em 10/03/2011, através da Carta CT-DAH/030/2011, foi encaminhado à Eletrobras as informações pertinentes à terceirização de mão de obra conforme estabelece o item 9.1.1 do referido Acórdão.</p> <p>Em 16/09/2011, foi encaminhada a Nota Técnica DAH-04/2011 à Eletrobras, solicitando mais prazo para apresentar o cronograma de substituição da mão de obra devido a contratação de consultoria para mapear processos e revisão do quanti-qualitativo.</p>					

Fonte: Divisão de Monitoramento e Apoio a Gestão de Contratos e Convênios e Departamento de Recursos Humanos.

5.5.2 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.

“Não ocorreu no período”

5.5.3 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome:COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA													
UG/Gestão: ELETROBRAS							CNPJ: 02.016.507/0001-69						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados *						Sit.
							F	M				S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	CGTEE/SEDE /014/2009	LYNX SUL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. EPP. (02.826.851/0001-13)	13/02/2009	12/02/2012							E
2010	L	O	CGTEE/SEDE /130/2011	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. (00.482.840/0001-38)	27/12/2010	27/12/2012							P
Observações: *DADOS NÃO ACOMPANHADOS PELA CGTEE.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DFIM e DFSC.

5.5.4 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.5.13 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA													
UG/Gestão: ELETROBRAS					CNPJ: 02.016.507/0001-69								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados*						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	5	O	CGTEE/SEDE/192/2005	CDS INFORMÁTICA LTDA (93.124.642/0001-83)	29/11/2005	28/05/2011							E
2011	5	O	CGTEE/SEDE/031/2011	IBROWSE CONS. EM INFORMÁTICA LTDA. (02.877.566/0001-21)	¼/2011	31/03/2013							P
2011	5	O	CGTEE/SEDE/130/2011	AZALIM & SILVESTRINI ASSES. DE SISTEMAS LTDA (04.032.754/0001-84)	¼/2011	05/04/2012							A
2009	13	O	CGTEE/SEDE/110/2008	MOVIMENTO ASSISTENCIAL DA BRIGADA MILITAR– MABM (88.593.249/0001-07)	08/04/2009	07/04/2012							P
2006	14	O	CGTEE/DTML/DTPJ/DTPP/213 /2006	THORGA ENGENHARIA INDUSTRIAL S.A (73.235.228/0001-34)	17/11/2006	17/11/2012							P
2005	14	O	CGTEE/DTC/249/2005	CONSÓRCIO ENERCONSULT/ ECOPLAN/RAMOS ANDRADE (04.335.981/0001-85 / 92.930.643/0001-52 / 04.698.749/0001-05)	15/12/2005	31/01/2011							E
2011	14	E	CGTEE/DTC/055/2011	J.R. PEREIRA & CIA LTDA (07.919.312/0001-34)	06/06/2011	06/12/2011							E
2005	4	O	CGTEE/DTC/202/2005	KOPERECK VIAGENS TURISMO(02.109.322/0001-07)	16/01/2005	15/11/2011							E
2008	14	O	CGTEE/DTC/007/2008	LAVORO ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONSULTORIA S/C LTDA. (05.791.187/0001-07)	29/02/2008	26/02/2013							P
2008	14	O	CGTEE/DTPJ/008/2008	CENTRAL MÉDICA DE PREVENÇÃO LTDA. (88.578.158/0001-02)	03/03/2008	02/03/2013							P
2010	14	O	CGTEE/DTC/124/2010	© ELETROMECAÂNICA SILVESTRINI LTDA. (95.237.418/0001-23)	30/11/2010	30/05/2012							P
2008	14	O	CGTEE/DTC/105/2008	J.R. PEREIRA & CIA LTDA (07.919.312/0001-34)	22/12/2008	15/03/2012							E
2011	14	O	CGTEE/DTC/063/2011	LAVORO ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONSULTORIA S/C LTDA.(05.791.187/0001-07)	19/07/2011	19/07/2012							A
2008	14	O	CGTEE/DTC/051/2008	VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL LTDA (01.637.895/0122-20)	01/10/2008	01/10/2012							P

2011	4	O	CGTEE/DTPC/DTFC/171/2011	IRMÃOS KOPERECK LTDA-EPP (92.221.589/0001-76)	22/12/2011	22/12/2012							A
2011	4	O	CGTEE/DTC/004/2011	VERSÁTIL – SERVIÇOS EMPRESARIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA (94.517.794/0001-09)	24/02/2011	28/01/2013							P

Observações:

*DADOS NÃO ACOMPANHADOS PELA CGTEE.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis;
11. Manutenção de bens imóveis;
12. Brigadistas;
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
14. Outras.

Natureza:

- (O) Ordinária;
(E) Emergencial.

Nível de Escolaridade:

- (F) Ensino Fundamental;
(M) Ensino Médio;
(S) Ensino Superior.

Situação do Contrato:

- (A) Ativo Normal;
(P) Ativo Prorrogado;
(E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores:

- (P) Prevista no contrato;
© Efetivamente contratada.

Fonte: DFIM e DFSC.

5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.6.1 ABSENTEÍSMO

Meta 2011	Índice obtido	Conclusão	
≤0,060%	0,04391%	Meta atingida	

O resultado obtido neste indicador demonstra que a CGTEE vem fazendo uma boa gestão das causas de ausência ao trabalho, adotando práticas efetivas para a redução do absenteísmo, entre as quais citamos:

- A) Medidas processuais, administrativas ou disciplinares, dificultando ou facilitando o comportamento de ausência (ex.: perda de salário no caso de atestados fora de prazo e / ou de Participação nos resultados, exames de alta feita pelo médico do trabalho, etc);
- B) Medidas preventivas orientadas para o indivíduo e o reforço da sua capacidade de trabalho (por ex., exames médicos periódicos, vacinação, formação, equipamento de proteção individual contra os riscos profissionais);
- C) Medidas preventivas orientadas para o ambiente de trabalho físico e psicossocial, de modo a neutralizar, reduzir ou minimizar a discrepância entre as exigências impostas pelo trabalho e a capacidade de resposta do indivíduo (por ex., criação sustentada de um ambiente de trabalho saudável, seguro e produtivo, etc);
- D) E, finalmente, medidas reintegrativas, ou seja, orientadas para a reintegração e reabilitação no local de trabalho, facilitando e apressando o retorno ao trabalho (por ex. suporte psicossocial).

5.6.2 TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO

Meta 2011	Índice obtido	Conclusão	
4,67%	0,49%	Meta Superada	

Objetivo: Visa aferir os níveis de segurança no trabalho, bem como medir o tempo não trabalhado em função da inatividade decorrente de acidentes de trabalho.

O Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho (DAS) é o órgão responsável pelo indicador.

Definição:

Fórmula do cálculo:
$$\frac{\text{Nº Acidentes} \times 1.000.000}{\text{Horas/homem trabalhadas}}$$

Ressalta-se que os indicadores temáticos de gestão de recursos humanos: Rotatividade, Educação Continuada, Disciplina e Aposentadoria versus reposição do quadro não foram acompanhados formalmente em 2011. Para 2012, prevê-se o monitoramento e avaliação desses indicadores de acordo com as necessidades estabelecidas.

Em 31/12/2011 havia 678 empregados, ou seja, foram realizadas 32 novas contratações, em sua maioria para suprir as necessidades da atividade fim da empresa com ênfase na Fase C, nova unidade geradora. Essas novas contratações, bem como, o início das atividades da nova usina acarretaram em aumento nas atividades de suporte da empresa (atividade meio), gerando a necessidade de incremento na mão de obra dessas áreas.

O quati-qualitativo aprovado pelo DEST para a Eletrobrás CGTEE é de 723 empregados, sendo que em trabalho interno realizado em 2006 e aprovado pela Diretoria Executiva o quantitativo ideal é de 1.036 empregados. Este estudo previu a substituição da mão-de-obra terceirizada e dos empregados com tempo de aposentadoria.

A concentração dos empregados na faixa etária entre 51 a 60 anos é de 33,33%, implicando na necessidade de admissão de pessoal em curto prazo para substituir os empregados com tempo de aposentadoria e, simultaneamente, promover trocas de conhecimentos e experiências entre empregados mais antigos e novos, objetivando cultivar e disseminar informações que agreguem valor para o desenvolvimento da empresa. De acordo com os dados da Fundação CEEE (Previdência Complementar), a estimativa de aposentarias (dos participantes do Plano de Previdência) será em torno de 30% em dez anos.

Em 2011 foi implementado o SGD – Sistema de Gestão de Desempenho - com a finalidade de avaliar e desenvolver as potencialidades dos empregados e melhorar a performance organizacional. O sistema em pauta consiste na aplicação do Programa de Avaliação e Desenvolvimento de Competências e do Programa de Avaliação e Melhoria de Resultados.

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.**6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO****6.1.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011****QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica									
CNPJ: 02.016.507/0001-69					UG/GESTÃO: PRH				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário (Conveniente)	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	CGTEE/SEDE/149/2010	Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Centro de Educação Profissional São João Calábria (CNPJ: 92.726.819/0004-00)	R\$ 411.267,00	R\$ 95.076,00	R\$ 79.047,75	R\$ 316.191,00	05/04/10	04/01/11	4
1	CGTEE/SEDE/078/2010	Complexo Esportivo Barro Vermelho – Restinga POA (CNPJ: 11.261.105/0001-110)	R\$ 15.000,00	Espaço físico e recursos humanos	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	01/07/10	01/01/11	4
1	CGTEE/SEDE/117/2009	EMBRAPA (CNPJ: 00.348.003/0052-60) e FAPEG (CNPJ: 03.438.169/0001-16) – Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário	R\$ 504.115,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 304.115,00	08/01/10	07/01/11	4
1	CGTEE/SEDE/075/2010	Instituto Cultural Padre Josimo (CNPJ: 06.942.198/0001-09)	R\$ 114.816,60	R\$ 15.000,00	R\$ 96.094,20	R\$ 96.094,20	30/06/10	29/06/11	4
1	CGTEE/SEDE/107/2011	Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Centro de Educação Profissional São João Calábria (CNPJ: 92.726.819/0004-00)	R\$ 178.990,07	R\$ 35.228,80	R\$ 143.761,27	R\$ 143.761,27	29/07/11	29/03/12	4
3	CGTEE/SEDE/056/2010	USBEE – Centro Social Marista de Porto Alegre (CESMAR) (CNPJ: 92.706.308/0045-96)	Doação de equipamentos de informática inservíveis	Recondicionament o dos equipamentos	Doação de equipamentos de informática inservíveis	Doação de equipamentos de informática inservíveis	30/06/10	29/06/11	4
1	CGTEE/SEDE/088/2011	EMBRAPA (CNPJ: 00.348.003/0052-60) e FAPEG (CNPJ: 03.438.169/0001-16) –	R\$ 928.600,00	R\$ 300.000,00	R\$ 314.600,00	R\$ 314.600,00	22/06/11	21/12/12	1

		Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário							
1	CGTEE/SEDE/136/2010	Centro Candiense de Tradições Gaúchas Lanceiros da Liberdade (CNPJ: 04.149.297/0001-02)	R\$ 20.100,00	Espaço físico e recursos humanos	R\$ 20.100,00	R\$ 20.100,00	22/12/10	21/12/11	4
1	CGTEE/SEDE/0006/2011	Associação Profetas da Ecologia (CNPJ: 01.199.856/0001-09)	R\$ 10.030,00	Recursos humanos e divulgação	R\$ 10.030,00	R\$ 10.030,00	27/01/11	26/03/11	4
1	CGTEE/SEDE/078/2010	Complexo Esportivo Barro Vermelho – Porto Alegre	R\$ 15.000,00	Espeço físico e recursos humanos	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	01/07/10	30/06/11	4
1	CGTEE/SEDE/160/2011	EMBRAPA (CNPJ: 00.348.003/0052-60) e FAPEG (CNPJ: 03.438.169/0001-16) – Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário	R\$ 649.999,40	R\$ 200.00,00	R\$ 235.076,00	R\$ 235.076,00	12/12/11	11/12/12	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: PRH

6.1.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica					
CNPJ:	02.016.507/0001-69					
UG/GESTÃO:	PRH					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	4	5	4	R\$ 898.709,20	R\$ 571.258,25	R\$ 1.007.741,92
Contrato de Repasse	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Termo de Cooperação	0	1	0	Doação de equipamentos de informática inservíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Totais	4	6	4	R\$ 898.709,20	R\$ 571.258,25	R\$ 1.007.741,92

Fonte: PRH

6.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2012 E SEGUINTE

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica				
CNPJ:	02.016.507/0001-69				UG/GESTÃO: PRH
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	3	R\$ 1.222.360,67	R\$ 693.437,27	R\$ 528.923,40	39,45%
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	3	R\$ 1.222.360,67	R\$ 693.437,27	R\$ 528.923,40	39,45%

Fonte: PRH

6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica					
CNPJ: 02.016.507/0001-69			UG/GESTÃO: PRH		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	7	1	0
		Montante Repassado	R\$ 898.709,22	Doação de equipamentos de informática inservíveis	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	2010	Contas prestadas	Quantidade	4	0
Montante Repassado			R\$ 571.258,25	0	0
Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade	4	0	0
		Montante Repassado	R\$ 1.007.741,92	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: PRH					

6.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica					
CNPJ: 02.016.507/0001-69			UG/GESTÃO: PRH		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			7	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	7	0
			Contas Não analisadas	0	0
		Montante repassado (R\$)		0	0
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
			Montante repassado (R\$)	0	0

2010	Quantidade de contas prestadas		4	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	4	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado (R\$)	0	0
2009	Quantidade de contas prestadas		4	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	4	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado	0	0
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado	0	0
Fonte: PRH				

6.3 ANÁLISE CRÍTICA

Não há, entre os Convênios firmados através desta Coordenadoria de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social – PRH, situações de inadimplência, visto que trabalhamos apenas com liberação parcelada de fundos e transferindo cada parcela apenas com a devida prestação de contas da transferência anterior. Ou seja, apenas após o recebimento, por essa PRH, da comprovação dos gastos realizados, bem como após verificação da veracidade dos referidos documentos comprobatórios é que os subsequentes valores são repassados as convenientes. Dessa forma, os convênios sob responsabilidade dessa Coordenadoria encontram-se em dia com suas obrigações financeiras e contratuais.

Do mesmo modo, que é feita periodicamente – conforme agenda do responsável – a fiscalização do andamento dos trabalhos. A fiscalização é feita tanto *in loco* quanto através de contatos, fotos e análises financeiras.

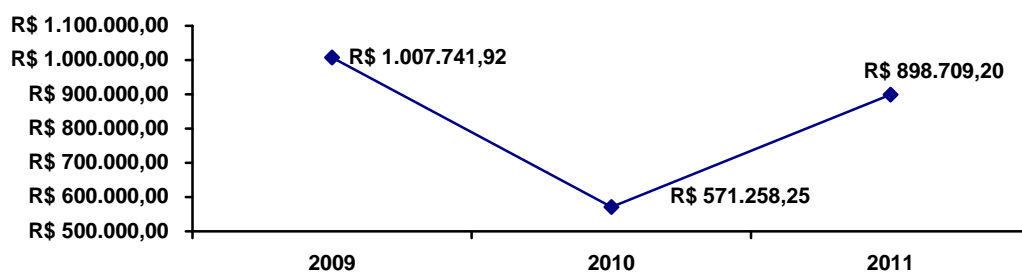
Como os convênios são acordados através de previsões orçamentárias, há situações em que há a necessidade da realização de aditamento de convênios, sejam essas para solicitação de mais recursos ou para transferências de recursos entre as rubricas integrantes do Projeto Básico. Tais situações são analisadas considerando a particularidade de cada uma, não havendo, portanto, uma regra de conduta já estabelecida.

Em situações de aditamento de contrato, conforme norma da Empresa, há o envolvimento da Assessoria Jurídica – PRJ e da Divisão de Suprimentos e Contratos, bem como posterior autorização da Diretoria Executiva da Eletrobras CGTEE.

Em relação à evolução dos recursos liberados nos últimos três exercícios, informamos que em 2011 houve um crescimento aproximado de 61,56% em relação ao ano anterior. Entretanto, comparando o ano de 2010 com o de 2009, informamos que houve um decréscimo aproximado de 44,8% em relação à liberação de recursos.

Vale ressaltar que o número de Convênios firmados manteve-se com pouca ou nenhuma alteração, sendo de 4 convênios em 2011, 7 em 2010 e 4 em 2009.

Abaixo, segue gráfico comparativo de evolução de convênios, em relação à transferência de fundos, nos três períodos:



Todos os projetos conveniados atingiram seus objetivos discriminados no Projeto Básico original de cada um, trazendo, assim, resultados satisfatórios e gerando desenvolvimento para as comunidades em que estão inseridos.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
7.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, Luciana Oliveira de Campos, CPF nº 625.393.960-20 Chefe da Divisão de Licitação e Contratos exercido na Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, oriundos de processos licitatórios, que tramitaram nesta Divisão, vigentes em 2011 estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.</p> <p style="text-align: center;">Porto Alegre, 30 de maio de 2012.</p> <p style="text-align: center;"><u>Luciana Oliveira de Campos</u> 625.393.960-20 Chefe da Divisão de Licitação e Contratos</p>
--

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI .730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	20	11	168
	Entregaram a DBR	15	10	164

(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Não cumpriram a obrigação	05	01	04
--	---------------------------	----	----	----

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

8.2 ANÁLISE CRÍTICA

CGTEE tem adotado medidas para minimizar o não cumprimento da entrega da declaração de bens e rendimento, visto que ao longo dos últimos anos este número reduziu visivelmente, no entanto temos dificuldade quando trata-se de pessoas de outros órgão que estão cedidas à CGTEE, no Conselho Fiscal ou no Conselho de Administração e são desligados.

Adotaremos em 2012 medidas para que seja suprida esta falha.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

a) *Ambiente de Controle*

Cabe a auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, verificar a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos, a conformidade com a legislação e os atos normativos internos e externos.

Além disso, a Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, apoiada pelo Comitê de Riscos, atua na avaliação e monitoramento do conjunto das atividades desenvolvidas através da aplicação de metodologia, indicadores e procedimentos integrados, reportando-se diretamente a Gestão Integrada de Riscos da Holding, com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão, bem como os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados.

b) *Avaliação de Risco*

Alinhada a Gestão Integrada de Riscos da Holding, por meio de implementação assistida, a Eletrobras CGTEE promove a avaliação de riscos através de metodologia aplicada pela Consultoria contratada pela Holding, mediante adoção de ferramentas voltadas à análise e identificação do grau de exposição a riscos financeiros e de negócios, bem como a verificação da consistência e qualidade dos controles internos promovendo as avaliações julgadas necessárias, segundo critérios específicos abrangendo as áreas estratégica, operacional, financeira e de conformidade Empresa, bem como padrões comuns de reporte.

Adicionalmente, a performance das metas e indicadores relativos aos eventos externos e internos que podem afetar a Empresa são identificados e avaliados pela Diretoria Executiva.

c) Procedimentos de Controle

As atividades caracterizam-se em controles preventivos (alçadas/autorizações/normatização interna) e de detecção (conciliações/segurança física). A Assessoria de Gestão de Riscos, assim como a Auditoria Interna atuam no acompanhamento e análise das operações segundo complexidade e natureza e nível de eficácia dos controles existentes abrangendo as funções/processos mais críticos da organização.

d) Informação e Comunicação

A Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, no que diz respeito à informação e comunicação atua de forma restrita interagindo com a Gestão de Riscos Integrados da Holding e proprietários dos riscos identificados na CGTEE relacionados exclusivamente às questões objeto de sua atuação/alçada.

e) Monitoramento

A Empresa, através do acompanhamento permanente da Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, promove monitoramento e atualização dos principais processos financeiros voltada a Certificação SOX. Este acompanhamento inclui revisão, testes e atualização documentada com base em fluxogramas, descrições, matriz de controles internos, planos de ação e resultados obtidos nos testes.

Além dos processos financeiros supra mencionados, a PRR, após a implementação assistida, promoverá o acompanhamento das ocorrências, alinhada e segundo cronograma da Gestão Integrada de Riscos da Holding, tendo como atribuições o tratamento das questões relativas à avaliação, monitoramento, documentação dos controles internos e identificação, coordenação e avaliação dos riscos corporativos da Eletrobras CGTEE.

9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.						x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.						x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.						x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						x
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
Fonte: Auditoria Interna					

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O DECRETO Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006, institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua posterior destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Nessa linha, registramos que a aprovação da implementação das boas práticas de manejo e gestão dos resíduos sólidos administrativos, da Sede da Eletrobras CGTEE, foi regulamentada pela Diretoria Executiva (RES -143/2004) em 24.05.2004.

Posteriormente, o Projeto 3Rs (reduzir, reutilizar, reciclar) foi oficialmente implantado na Sede da CGTEE em 03/06/2004, mediante assinatura do Termo de Permuta Nº 03/2004, celebrado entre CGTEE e DMLU em benefício da Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro – ATUT, localizada no Bairro Partenon, Porto Alegre/RS.

Esta parceria estabelece que os resíduos recicláveis gerados na Sede da Eletrobras CGTEE, após segregação da fração orgânica, acondicionamento adequado, pesagem e estocagem temporária, serão doados a ATUT.

A Eletrobras CGTEE/SEDE destinou a ATUT no ano de 2011: 6.996 kg de resíduos recicláveis. Este quantitativo possibilita que a ATUT efetivamente mantenha um posto de trabalho, remunerando-lhe com uma renda mensal estimada de um salário mínimo regional.

A Eletrobras CGTEE/Nutepa, por estar situada no município de Porto Alegre, também doa seus recicláveis para a ATUT, porém a quantidade mensal de resíduos gerada é relativamente pequena em relação a CGTEE/SEDE, pois a quantidade de colaboradores é significativamente menor. Em 2011 a Nutepa encaminhou à ATUT 659 kg de resíduos recicláveis.

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5	
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles	X					

<i>fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i>					
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>			X		
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	X				
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>			X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>			X		
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X		
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Em 2011, através de folder encaminhado por e-mail aos empregados, em razão do Dia Mundial do Meio Ambiente.</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Em 2011, através de folder encaminhado por e-mail aos empregados, em razão do Dia Mundial do Meio Ambiente.</p>					X
Considerações Gerais: respondido pelos técnicos do Departamento de Meio Ambiente					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p>					

<p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>
Fonte: Departamento de Monitoramento e Licenciamento Ambiental

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			x		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	4 servidores e 9 terceiros				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					x
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		

14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais: O questionário foi respondido por um grupo de Empregados lotados na TI, usando conhecimentos teóricos e procedimentos do dia-a-dia.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					
Fonte: Assessoria de Tecnologia da Informação					

13 PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

“Não ocorreu até a presente data”

14 PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

14.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

“Não ocorreu no período”

15 PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	018.670/2007-5	2591/2009	1.4.1	Determinação	441236709
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE que faça constar informações específicas sobre o andamento da Ação Cível nº 001/1.07.0207693-0 (5 Vara Cível de Porto Alegre), movida contra o Banco KFW, nos Relatórios de Gestão das Prestações de Contas Anuais dos próximos exercícios, em atenção ao disposto nos itens 13 e 17 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 94, de 03/12/2008, c/c o art. 250, inciso II do Regimento Interno.					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Presidência	95519
Síntese da providência adotada:	
A Assessoria de Gestão, na elaboração do Relatório de Gestão, fez contar a informação determinada pelo Tribunal de Contas da União.	
Síntese dos resultados obtidos	
Que o Tribunal de Contas da União seja devidamente informado sobre os desdobramentos da Ação Cível nº 001/1.07.0207693-0 (5ª Vara Cível de Porto Alegre), movida contra o Banco KFW.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houveram fatores que influenciaram a adoção de providências pelo gestor.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-008.461/2008-0	1996/2008	9.1.1	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Descrição da Deliberação:					
Reavalie, continuamente, os prazos estabelecidos no cronograma da obra do contrato CGTEE/DTC/250/2005, buscando e adotando, tempestivamente, novas medidas que se façam necessárias para assegurar a conclusão da obra na data fixada, mantendo a ANEEL, permanentemente informada a respeito.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Técnica					95519
Síntese da providência adotada:					
Informamos que o IBAMA, em 29/12/2010, concebeu a Licença de Operação Ambiental - LO nº 991/2010. A CGTEE obteve da ANEEL a autorização para a entrada em operação comercial, através do Despacho nº 4.090, emitido pelo Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL, datado de 29/12/2010, para o dia 01/01/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Informamos que a Unidade entrou em operação no dia 01/01/2011. Considera-se atendida a Determinação do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fatores externos ao domínio da Eletrobras CGTEE impactaram negativamente o Cronograma da obra.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC-008.461/2008-0	1996/2008	9.2	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e À CGTEE que promovam o imediato aditamento do Termo de Compromisso firmado em 27/1/2006, que estabelece medidas compensatórias da implantação da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota/RS, de modo a repactuar a vigência do ajuste.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Técnica					95519
Síntese da providência adotada:					
<p>O Termo de Compromisso com o ICMBio para aplicação do saldo dos recursos da compensação ambiental na Estação Ecológica do Taim foi assinado em 10/03/2009. Como previsto, foi formalizado um novo Termo de Compromisso de aplicação dos recursos da compensação ambiental do empreendimento, com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em substituição ao termo de compromisso anteriormente formalizado pela CGTEE com o IBAMA. Foram concluídas as tratativas e revisão da minuta de Termo de Aditamento ao novo Termo de Compromisso visando a execução do saldo remanescente da compensação ambiental mediante depósito em conta específico de compensação ambiental na CAIXA. O documento já foi assinado pela CGTEE e devolvido ao ICMBio para assinatura e devolução de um dos originais.</p> <p>Foram depositados na CAIXA FEDERAL, dez parcelas de R\$ 330.413,57, totalizando R\$ 3.304.135,71 (três milhões, trezentos e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e um centavos), em conta específica do empreendimento, conforme Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso Nº 01/09, assinado em 10 de janeiro de 2010.</p> <p>Entre outubro de 2007 e dezembro de 2010, a CGTEE investiu R\$ 674.370,14 em aquisições de materiais, equipamentos, veículos e serviços para a implementação da Estação Ecológica do Taim.</p> <p>Também foi contratado, e está em execução o Estudo Fundiário para ampliação da Estação Ecológica do Taim, Contrato Nº CGTEE/DTC/038/2010 no valor de R\$ 121.022,17, cujos trabalhos já foram iniciados e já foram pagas duas parcelas totalizando R\$60.511,08.</p> <p>Dessa forma, com relação ao Compromisso firmado com o ICMBIO, até o momento os investimentos já executados totalizaram R\$ 4.039.016,93. Este valor representa 96,3% dos R\$ 4.194.250,00 previstos para a Estação Ecológica do Taim, conforme Termo de Compromisso Nº 01/09 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso Nº 01/09.</p> <p>O saldo remanescente da parcela prevista para as aquisições, no valor de R\$ 94.721,98, será depositado pela CGTEE na conta específica do empreendimento, após a conclusão do serviço de Estudo Fundiário da ESEC Taim, contrato que está em andamento.</p>					

Síntese dos resultados obtidos
Foi atendida a determinação no Tribunal de Contas da União.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A análise crítica dos fatores positivos ou negativos não foi realizada no âmbito da Eletrobras CGTEE.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC-027.670/2008-2	1025/2010	9.1.1	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Descrição da Deliberação:					
<p>Priorize a adoção de providências para a regularização da situação fundiária do espaço territorial da Unidade de Conservação Federal Estação Ecológica do Taim/RS e, ainda de providências com vistas à elaboração do plano de manejo dessa unidade, em atendimento às obrigações previstas na cláusula segunda do termo de compromisso celebrado com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para aplicação dos recursos da compensação ambiental em razão da implantação a Usina Termelétrica Candiota III e, em atenção ao disposto na Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2001.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Técnica					95519
Síntese da providência adotada:					
<p>Em 10 de janeiro de 2010 a CGTEE e o ICMBio firmaram o primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso Nº 01/09, à partir do qual foram depositados na CAIXA FEDERAL, dez parcelas de R\$ 330.413,57, totalizando R\$ 3.304.135,71 (três milhões, trezentos e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e um centavos), em conta específica do empreendimento.</p> <p>Entre outubro de 2007 e dezembro de 2010, a CGTEE investiu R\$ 674.370,14 em aquisições de materiais, equipamentos, veículos e serviços para a implementação da Estação Ecológica do Taim.</p> <p>Também foi contratado, e está em execução o Estudo Fundiário para ampliação da Estação Ecológica do Taim, Contrato Nº CGTEE/DTC/038/2010 no valor de R\$ 121.022,17, cujos trabalhos já foram iniciados e já foram pagas duas parcelas totalizando R\$60.511,08.</p> <p>Dessa forma, com relação ao Compromisso firmado com o ICMBIO, até o momento os investimentos já executados totalizaram R\$ 4.039.016,93. Este valor representa 96,3% dos R\$ 4.194.250,00 previstos para a Estação Ecológica do Taim, conforme Termo de Compromisso Nº 01/09 e 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso Nº 01/09.</p> <p>O saldo remanescente da parcela prevista para as aquisições, no valor de R\$ 94.721,98, será depositado pela CGTEE na conta específica do empreendimento, após a conclusão do serviço de Estudo Fundiário da ESEC Taim, contrato que está em andamento.</p>					

À partir da assinatura do Primeiro Termo aditivo ao Termo de Compromisso N° 01/09, e do depósito dos recursos decorrentes da compensação ambiental da UTE Candiota III, a execução das ações previstas na Cláusula Segunda passam a constituir obrigação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Síntese dos resultados obtidos

Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A análise crítica dos fatores positivos ou negativos não foi realizada no âmbito da Eletrobras CGTEE.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC	3292/2008	1.7.1	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Descrição da Deliberação:					
Manter este tribunal tempestivamente informado a cerca dos desdobramentos pertinentes à renovação da licença de operação da Usina Termelétrica II, a ser expedida pelo IBAMA, alertando à Entidade da possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/92 por reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Técnica					95519
Síntese da providência adotada:					
A empresa está em tratativas junto aos Ministérios do Meio Ambiente e das Minas e Energia, bem como o IBAMA para a emissão de uma novo Termo de Ajuste de Conduta – TAC, com vistas a obtenção da renovação da Licença de Operação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A análise crítica dos fatores positivos ou negativos não foi realizada no âmbito da Eletrobras CGTEE.					
Fonte: Auditoria Interna					

15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrobras CGTEE					95519
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Não há deliberações do TCU que permaneçam pendentes de atendimento no exercício.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fonte: Auditoria Interna					

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrobras CGTEE			95519
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.3.1.1.	Plano de Providências N° 245316	001	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria Financeira			95519
Descrição da Recomendação:			
001. Relativo à avaliação de regularidade da aplicação dos recursos transferidos, a CGTEE deve implementar rotina que observe o prazo e a forma previstos no art. 31 da IN STN n.º 01/97, analisando em 60 (sessenta) dias a prestação de contas e fazendo constar, no processo, declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DFS – Diretoria Financeira – Suprimentos			95519
Síntese da providência adotada:			

Serão aprimorados os controles internos com base no MAPRO – Manual de Procedimentos de Planejamento, e demais legislações.
Síntese dos resultados obtidos
Em implementação.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrobras CGTEE			95519
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.3.1.1.	Plano de Providências Nº 245316	002	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria Financeira			95519
Descrição da Recomendação:			
002. Nos Processos de Prestação de Contas devem ser incluídos documentos que comprovem adequadamente que foram obedecidos os princípios e procedimentos praxis da Lei nº 8.666/93, como a cotação de preços com pelo menos três fornecedores, por exemplo.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DFS – Diretoria Financeira – Suprimentos			95519
Síntese da providência adotada:			
Estamos orientando e solicitando a todos os conveniados, prévios orçamentos, comprovação de despesas através de documentação e atendimento aos princípios e procedimentos da Lei nº 8666/93.			
Síntese dos resultados obtidos			
Em implementação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrobras CGTEE			95519
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4.1.2.1.	Plano de Providências Nº 245316	002	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria Técnica			95519
Descrição da Recomendação:			
002. Recomendamos aos gestores que procedam à revisão e ajuste da priorização dos projetos/serviços a serem implementados, considerando, dentre outros fatores, a possibilidade de aplicação de penalidades por parte do ente			

regulador, conforme ocorrido no caso em pauta.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DT	95519
Síntese da providência adotada:	
Todos os projetos e serviços em fase de implementação serão revisados de modo a verificar os riscos associados a cada projeto e dada a priorização necessária para minimização/eliminação do risco. Ao mesmo tempo será realizada uma revisão no “Roteiro para Instauração e Julgamento dos Processos Licitatórios” com foco na variável risco, critério de priorização e sistema de controle. Será estabelecido grupo técnico com prazo de 45 dias para elaboração da referida revisão e apresentação de proposta para apreciação e deliberação da Diretoria Executiva.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrobras CGTEE			95519
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nota de Auditoria Nº 201102018/001-002		NT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria Financeira			95519
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Efetuar o registro dos contratos firmados em 2011 relacionados no campo “Fato” no SIASG e na Página de Transparência Pública. Prazo para atendimento: 31/12/211;			
Recomendação 2: Verificar se todos os contratos vigentes em 2011, mesmo que firmados anteriormente a esse exercício, estão registrados no SIASG e na Página de Transparência Pública, e adotar as providências para sanar as possíveis falhas verificadas. Prazo para atendimento: 31/12/211			
Recomendação 3: Aprimorar os controles internos no que se refere ao registro tempestivo dos contratos no SIASG e na Página de Transparência Pública, com vistas a atender ao disposto no § 3º, do art. 19, da Lei nº 12.309/2010 e no art. 11, da Portaria MCT/MOG nº 140/06. Prazo para atendimento: 31/12/211			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
DFS			95519
Síntese da providência adotada:			
Assim, a CGTEE entende que o procedimento que adotou é um procedimento que visa dar garantias e segurança às contratações quando se trata de viagens corporativas, pois o interesse, nesse caso, está voltado a atender com qualidade e eficiência o trânsito de seus empregados, sem afetar os compromissos firmados e agendadas, além de garantir a continuidade dos serviços públicos. É o caso, pois, de buscar, na contratação de uma agência séria, a certeza de que, especialmente, não terá revezes quando ocorrerem viagens ao exterior por parte de seus empregados. Por fim, diante do exposto, a CGTEE ratifica a sua posição esposada no Edital de Pregão Eletrônico nº CGTEE/PR117000021, Registro de Preços, no Memorando DFS/051/2011 e reforça os argumentos expedidos com o acréscimo dessas considerações no sentido de convalidar o entendimento de que buscou e alcançou a proposta mais vantajosa para administração, bem como no quesito qualificação técnica ao elaborar exigências que se assemelham com aquelas exigidas pelo Tribunal de Contas da União quando esse órgão se coloca frente ao mercado como tomador de serviços de terceiros.			

Síntese dos resultados obtidos
Efetivados.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Atuação com profissionalismo dos representantes da CGU/RS

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrobras CGTEE			95519
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nota de Auditoria Nº 201102018/001-002		NT
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria Financeira			95519
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: Em consonância com o determinado no Acórdão TCU nº 1677/2006, nas futuras licitações, ao inserir exigências de qualificação técnica, consignar os motivos de tais exigências e atentar para que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, de modo a atender ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como os art. 30 da Lei nº 8.666/93. Prazo para atendimento: Imediato;</p> <p>Recomendação 2: Em licitações futuras não obstruir a participação de agências de turismo “consolidadas”, por meio de inserção de exigências excessivas e restritivas, com vistas a atender ao disposto nos Acórdãos TCU nº 1285/2011 – Plenário, nº 112/2007 – Plenário, nº 171/2007 - Primeira Câmara e nº 1677/2006 – Plenário. Prazo para atendimento: Imediato;</p> <p>Recomendação 3: Abstenha-se de prorrogar o contrato em tela por mais de um exercício e proceda à abertura de novo processo licitatório com vistas a obter proposta mais vantajosa à empresa, observando o disposto na recomendação anterior. Prazo para atendimento: Imediato.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DFS			95519
Síntese da providência adotada:			
Assim, a CGTEE entende que o procedimento que adotou é um procedimento que visa dar garantias e segurança às contratações quando se trata de viagens corporativas, pois o interesse, nesse caso, está voltado a atender com qualidade e eficiência o trânsito de seus empregados, sem afetar os compromissos firmados e agendadas, além de garantir a continuidade dos serviços públicos. É o caso, pois, de buscar, na contratação de uma agência séria, a certeza de que, especialmente, não terá revezes quando ocorrerem viagens ao exterior por parte de seus empregados. Por fim, diante do exposto, a CGTEE ratifica a sua posição esposada no Edital de Pregão Eletrônico nº CGTEE/PR117000021, Registro de Preços, no Memorando DFS/051/2011 e reforça os argumentos expedidos com o acréscimo dessas considerações no sentido de convalidar o entendimento de que buscou e alcançou a proposta mais vantajosa para administração, bem como no quesito qualificação técnica ao elaborar exigências que se assemelham com aquelas exigidas pelo Tribunal de Contas da União quando esse órgão se coloca frente ao mercado como tomador de serviços de terceiros.			
Síntese dos resultados obtidos			
Efetivadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Atuação com profissionalismo dos representantes da CGU/RS			
Fonte: Auditoria Interna			

15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrobras CGTEE			95519
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
NÃO RESTARAM RECOMENDAÇÕES PENDENTES REFERENTES A ATUAÇÃO DESTA UNIDADE JURISDICIONADA NO PERÍODO EM EXAME, RELATIVAS AO ACOMPANHAMENTO DO OCI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16 PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

16.1 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO
Data do Relatório de Auditoria	Agosto 2011
Item do Relatório de Auditoria	4.6
Comunicação Expedida/Data	Agosto 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Administrativa
Descrição da Recomendação	Recomendamos à DA que agilize a contratação de empregados, prosseguindo com a realização de concurso público já em fase de elaboração, de forma a permitir que a companhia assuma as atividades de manutenção terceirizadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Administrativa	
Síntese das providências adotadas	

Recomendação Acatada.
Síntese dos resultados obtidos
Em implementação – em 2011 foram chamados e contratados 32 empregados.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	CONVÊNIOS E PATROCÍNIOS
Data do Relatório de Auditoria	06/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.4
Comunicação Expedida/Data	06/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e ao DFSC
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e ao DFSC que seja efetuada a publicação do Termo de Convênio de acordo com a legislação vigente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e ao DFSC	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	CONVÊNIOS E PATROCÍNIOS
Data do Relatório de Auditoria	06/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.5
Comunicação Expedida/Data	06/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e aos Gestores dos Convênios
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e aos Gestores dos Convênios que orientem os convenientes para que os recursos acordados, sejam aplicados em conformidade com o plano de trabalho.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e aos Gestores dos Convênios	

Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SERVIÇOS GERAIS CONTRATADOS
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	4.18
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Administrativa
Descrição da Recomendação	Recomendamos aos gestores de contratos da UPME, que observem, sistematicamente, o prazo de 7 (sete) dias úteis antes do vencimento da fatura para encaminhamento da documentação para processamento e pagamento, nos termos da NFDF-003 – Norma para liquidação de compromissos financeiros.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
A DT emitira Orientação Técnica a respeito.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SERVIÇOS GERAIS CONTRATADOS
Data do Relatório de Auditoria	09/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	09/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gestores de Contratos
Descrição da Recomendação	Recomendamos aos Gestores de Contratos a exigência da apresentação e autuação das Certidões Negativas, Certidões conjuntas de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certificados de Regularidade do FGTS e Guias de Previdência Social (GPS), em cada processo contratual, antes do envio para pagamento da fatura à Contratada
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

Gestores de Contratos
Síntese das providências adotadas
Recomendação Acatada.
Síntese dos resultados obtidos
Em implementação.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	PESSOAL
Data do Relatório de Auditoria	14/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2
Comunicação Expedida/Data	14/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a DT aplique a Norma de Conduta, aos empregados que realizaram Horas extraordinárias sem o devido procedimento de autorização estabelecido pela RES/136/2009, visto que essas inobservâncias já foram detectadas e recomendadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	PESSOAL
Data do Relatório de Auditoria	14/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.3
Comunicação Expedida/Data	14/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Chefias do DTC
Descrição da Recomendação	Recomendamos às chefias do DTC que quando da autorização para realização das Horas Extraordinárias seja implementado procedimento a fim de controlar os limites legais estabelecidos pela CLT e pela Norma Interna da CGTEE, não ultrapassando, em hipótese alguma o limite de 88 (oitenta e oito) horas mensais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

Chefias do DTC
Síntese das providências adotadas
Recomendação Acatada.
Síntese dos resultados obtidos
Em implementação.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	PESSOAL
Data do Relatório de Auditoria	14/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.8
Comunicação Expedida/Data	14/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Executiva
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Diretoria Executiva, que observe o solicitado no preenchimento do Formulário de Abono Eletrônico de Faltas – SAF - que prevê a Autorização dos Diretores de suas respectivas áreas, para que as mesmas sejam validadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Executiva	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	PESSOAL
Data do Relatório de Auditoria	14/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.13
Comunicação Expedida/Data	14/07/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Administrativa/DAH
Descrição da Recomendação	Recomendamos ao DA/DAH definir o cronograma para implantação do sistema de travamento de registro das catracas eletrônicas com o objetivo de resguardar o intervalo mínimo de uma hora de almoço, e para controlar a execução de horas extras não autorizadas, conforme informado a esta PRA.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	

Diretoria Administrativa /DAH
Síntese das providências adotadas
Em estudo.
Síntese dos resultados obtidos
Em estudo.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a Diretoria Técnica que estude a solução para os problemas evidenciados no descarregamento de cinza leve, que tem dificultado o desenvolvimento do trabalho, além da poluição ambiental no local e arredores.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Diretoria Técnica, atenção especial nas condições de trabalho e nas ferramentas disponíveis aos empregados que estão lotados na sala de comando ou operação do setor de cinza leve.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	

Recomendação Acatada.
Síntese dos resultados obtidos
Em implementação.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2.1
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Vedação das janelas da sala de comando;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2.2
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos traduzir para o idioma português, as orientações constantes das legendas de comandos do painel da sala de distribuição de caldeiras e fixá-las de forma permanente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2.3
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos avaliar e propor alternativa a ser adotada para a solução da falta de visualização interna/externa, externa/interna entre operadores e motoristas dos caminhões e a possibilidade de automatizar na operação de descarga de cinza
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2.4
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos reformular e viabilizar, juntamente com os técnicos do DASSC, as condições de trabalho dos empregados da sala de operação de cinza leve, de modo a atender o padrão ergonômico necessário
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.2.6
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos providenciar a limpeza e proteção adequadas no ar condicionado de uso da sala de comando de descarga de cinza
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.4
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Diretoria Técnica, buscar viabilizar o enlonação dos caminhões de maneira a não ser necessária a circulação dos mesmos, por um perímetro que abranja ampla área industrial.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.6
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Diretoria Técnica, implantar, com brevidade, procedimento seguro no manuseio de amônia e soda cáustica no tratamento de água, visando garantir a segurança dos empregados que ali trabalham, bem como em conjunto com a DA/DASSC buscar EPIs apropriados para um desempenho seguro dessa tarefa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.12
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Diretoria Técnica que viabilize, de forma definitiva, banheiros adequados e limpos, próprios ao uso, assim como a conservação permanente dos mesmos aos empregados das empresas contratadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.13
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretorias Técnica e Administrativa
Descrição da Recomendação	Recomendamos às Diretorias Técnica e Administrativa, a adequação do refeitório utilizado na área denominada “das empreiteiras”, que é utilizado, entre outras, pelas empresas terceirizadas, nos aspectos referentes ao mau estado de conservação, limpeza e sanar a situação de excesso de particulados que adentram ao mesmo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretorias Técnica e Administrativa	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.22
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica, aos Gestores dos Contratos e ao DASSC
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Diretoria Técnica, aos Gestores dos Contratos e ao DASSC, que atendem para o cumprimento do estabelecido no Item 16, Anexos IV, V, VI referente à NR 33, Permissão de entrada e trabalho em espaço confinado - PET - do PSI-DAS-011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica, aos Gestores dos Contratos e ao DASSC	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.23
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretorias Administrativa e Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos às Diretorias Administrativa e Técnica, bem como aos Gestores das empresas contratadas, que observem o cumprimento do item 15 – Indicadores de Segurança e Medicina do Trabalho do Manual de Procedimentos da – PSI-DAS-011, página 14, que trata da emissão de relatório estatístico de acidentes de trabalho (CAT). Ao DASSC que providencie o registro dos Acidentes de trabalho ocorridos na própria estrutura da Eletrobras-CGTEE.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Diretorias Administrativa e Técnica
Síntese das providências adotadas	Recomendação Acatada.
Síntese dos resultados obtidos	Em implementação.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Data do Relatório de Auditoria	17.10.2011
Item do Relatório de Auditoria	4.16
Comunicação Expedida/Data	17.10.2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Administrativa
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Diretoria Administrativa, estudar, dimensionar e implantar um estoque mínimo ou estoque de segurança para os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de uso constante dos empregados da UPME.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Diretoria Administrativa
Síntese das providências adotadas	Em estudo.
Síntese dos resultados obtidos	Em estudo.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	MEIO AMBIENTE
Data do Relatório de Auditoria	Agosto 2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1
Comunicação Expedida/Data	Agosto 2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica e DTA
Descrição da Recomendação	Recomendamos a Diretoria Técnica e ao DTA, que envidem esforços a fim de regularizar o contencioso existente na renovação das Licenças de Operação da UPME II FASES A e B, na Licença de Operação Nº 5254/2000 - USINA DE SÃO JERÔNIMO, no Termo de Compromisso firmado com o Ibama – UPME II Fases A e B, bem como da Licença de Operação da Fase C de Candiota III;
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica e DTA	
Síntese das providências adotadas	
Estas condicionantes serão atendidas quando a implementação da nova rede de qualidade do ar, cuja entrada em operação está prevista para outubro de 2011.	
Pendências no atendimento das condicionantes da LO 057/99 (Fases A e B): Estas condicionantes serão atendidas quando a implementação da nova rede de qualidade do ar, cujo o processo de aquisição foi concluído em dezembro de 2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	MEIO AMBIENTE
Data do Relatório de Auditoria	16/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.1
Comunicação Expedida/Data	16/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Diretoria Técnica que providencie as placas de identificação da Estação de Monitoramento Ambiental de Aceguá.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	MEIO AMBIENTE
Data do Relatório de Auditoria	16/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	4.3.1
Comunicação Expedida/Data	16/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Técnica
Descrição da Recomendação	Recomendamos à Diretoria Técnica unir esforços no sentido de resolver a problemática quanto à adequação ambiental da Usina de São Jerônimo. O processo de renovação da licença já se arrasta por sete anos e a unidade corre o risco de sofrer novas autuações bem como de ter suas atividades cessadas pela FEPAM.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria Técnica	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
Data do Relatório de Auditoria	09/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.
Comunicação Expedida/Data	09/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Financeira
Descrição da Recomendação	Recomendamos seja adotado, em situações análogas, o preconizado no inciso IV, do artigo 24, da Lei 8.666/93, que trata da situação adversa, dada como emergência, bastando a demonstração concreta e efetiva da potencialidade do dano, e a demonstração de que a contratação por emergencialidade é a via adequada e efetiva para eliminar o risco.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DFS – Diretoria Financeira – Suprimentos	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
Data do Relatório de Auditoria	09/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2.
Comunicação Expedida/Data	09/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Financeira
Descrição da Recomendação	Recomendamos a adequação de Editais Futuros, “ <i>tendo por base premissas fundamentais, as quais, na opinião de renomados estudiosos da doutrina, definem a possibilidade de uso ou não da sistemática da pré-qualificação do tipo credenciamento:</i> ”
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DFS – Diretoria Financeira – Suprimentos	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
Data do Relatório de Auditoria	09/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3.
Comunicação Expedida/Data	09/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria Financeira
Descrição da Recomendação	Recomendamos aos gestores que efetuem o adequado planejamento das compras da companhia, de forma a evitar o fracionamento de despesas no exercício financeiro. Ainda, em havendo necessidade de realizar diversos processos licitatórios no transcurso do exercício, para um mesmo objeto, que se adote em todos os casos a modalidade de licitação cabível ao montante das despesas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DFS – Diretoria Financeira – Suprimentos	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação Acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em implementação.	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os fatores positivos e negativos serão mensurados durante a execução dos próximos trabalhos de auditoria a serem realizados, respectivamente.
Fonte: Auditoria Interna

16.2 RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	
TODAS AS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NO ITEM A.16.1. FORAM ACATADAS PELAS ÁREAS ENVOLVIDAS E FORAM IMPLEMENTADAS OU ENCONTRAM-SE EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO.	
Fonte: Auditoria Interna	

**PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 –
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

17 PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010
17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

18 PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
18.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

19 PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
19.1 ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS ESTATAIS

O Departamento Financeiro e Contábil (DFC) informa que as Demonstrações Contábeis deste Exercício foram realizadas com base na Lei 6.404/1976 e nas alterações previstas na Lei 11.638/2007.

No entender da administração demais informações necessárias para a formulação de uma análise crítica buscando evidenciar os critérios utilizados na elaboração das respectivas demonstrações contábeis, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e da aderência às normas em vigor podem ser encontradas nas respectivas Demonstrações Contábeis do Exercício e suas notas explicativas, assim como, no Relatório de Administração da Companhia.

19.1.1 PARA O BALANÇO PATRIMONIAL:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		4.640	15.093	Fornecedores	13	124.568	138.265
Títulos e valores mobiliários	6	66.120	33.651	Salários e encargos sociais		6.039	5.181
Clientes	7	79.394	141.135	Tributos a recolher	14	23.250	17.702
Tributos a recuperar	8	39.201	19.547	Dividendos	22	39.205	8.244
Conta consumo de combustíveis - CDE CCC	9	44.038	5.745	Financiamentos e empréstimos	15	165.123	87.718
Almoxarifado	10	76.688	56.623	Encargos setoriais	16	1.185	1.421
Despesas pagas antecipadamente	30	7	1.883	Obrigações estimadas	17	17.019	13.013
Outros		2.728	1.690	Benefícios pós-emprego	18	327	531
Total do circulante		312.816	275.367	Provisão para contingências	19	14.836	11.844
				Pesquisa e desenvolvimento	21	9.079	6.146
				Outros		567	762
				Total do circulante		401.198	290.827
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e empréstimos	15	836.725	832.489
Tributos a recuperar	8	4.944	3.002	Encargos setoriais	16	13.414	-
Depósitos judiciais		7.545	5.709	Benefícios pós-emprego	18	118	447
Total do realizável a longo prazo		12.489	8.711	Adiantamento para futuro aumento de capital	22	452.704	324.000
				Total do não circulante		1.302.961	1.156.936
Imobilizado				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Em serviço - líquido	11	1.460.085	225.052	Capital social	22	337.877	337.877
Em curso	11	252.641	1.291.008	Ajuste de avaliação patrimonial		(19.044)	(10.261)
Total do imobilizado		1.712.726	1.516.060	Reserva legal		2.596	1.736
				Dividendos adicionais propostos	22	13.088	24.732
Intangível				Total do patrimônio líquido		334.517	354.084
Em serviço - líquido	12	348	1.450	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.038.676	1.801.847
Em curso	12	297	259				
Total do intangível		645	1.709				
Total do não circulante		1.725.860	1.526.480				
TOTAL DO ATIVO		2.038.676	1.801.847				

19.1.2 PARA A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	550.352	527.298
CUSTO OPERACIONAL			
Energia elétrica comprada para revenda	31 (a)	(49.902)	(304.455)
Encargo de uso do sistema de transmissão		(19.824)	(23.542)
Total do custo do serviço com energia elétrica		(69.726)	(327.997)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	25	(75.383)	(57.581)
Entidade de previdência privada	25	(3.684)	(3.236)
Material		(42.115)	(9.065)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica		(126.511)	(100.318)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	24	112.273	83.017
Serviços de terceiros		(41.894)	(23.791)
Depreciações e amortização		(87.646)	(36.379)
Outros custos, líquido recuperações		(5.147)	3.091
		(270.107)	(144.262)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		210.519	55.039
DESPESAS ADMINISTRATIVAS			
Pessoal	25	(31.978)	(21.301)
Entidade de previdência privada	25	(799)	(595)
Depreciações e amortização		(1.543)	(1.884)
Outros despesas gerais e administrativas	26	(14.383)	(6.906)
Despesas gerais e administrativas		(48.703)	(30.686)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		161.816	24.353
Outras receitas operacionais, líquido		2.057	19.747
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		2.057	19.747
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		7.126	3.041
Variações monetárias e cambiais		188.058	6.601
Outras receitas financeiras		1.517	1.524
Total das receitas financeiras		196.701	11.166
Despesas financeiras			
Encargos da dívida		(93.243)	(9.923)
Variações monetárias e cambiais		(239.387)	-
Outras despesas financeiras		(2.181)	(85)
Total das despesas financeiras		(334.811)	(10.008)
Resultado financeiro		(138.110)	1.158
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		25.763	45.258
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	20	(2.302)	(1.097)
Imposto de renda - IR	20	(6.253)	(2.950)
Lucro do exercício		17.208	41.211
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL (EM REAIS)		13,52	32,37

19.1.2 PARA A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício		17.208	41.211
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	28	(12.055)	(10.344)
Efeito tributário sobre perdas atuariais do exercício		<u>4.099</u>	<u>3.517</u>
Total do resultado abrangente		<u>9.252</u>	<u>34.384</u>

19.1.3 PARA A DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS:

	Nota	Capital	Ações em	Reserva de	Reserva de lucros	Reservas lucros -	Ajuste de	Lucros (prejuízos)	
	explicativa	social	tesouraria	capital	- Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	avaliação patrimonial	acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		868.721	(91)	4.436	-	-	(3.434)	(580.538)	289.094
Avaliação atuarial - Mudança de política contábil	28	-	-	-	-	-	(6.827)	-	(6.827)
Aumento de capital com reserva de capital		4.436	-	(4.436)	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria		(91)	91	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo acumulado até 31 de março de 2010		(574.039)	-	-	-	-	-	574.039	-
Integralização de capital		38.850	-	-	-	-	-	-	38.850
Lucro líquido no exercício		-	-	-	-	-	-	41.211	41.211
Destinação do Lucro									
Reserva legal		-	-	-	1.736	-	-	(1.736)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(8.244)	(8.244)
Dividendo adicional a distribuir		-	-	-	-	24.732	-	(24.732)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	22	<u>337.877</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.736</u>	<u>24.732</u>	<u>(10.261)</u>	<u>-</u>	<u>354.084</u>
Distribuição de dividendos aprovada em AGO de 13 junho de 2011	22	-	-	-	-	(24.732)	-	-	(24.732)
Avaliação atuarial - Resultado abrangente	28	-	-	-	-	827	(8.783)	-	(7.956)
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	-	-	-	17.208	17.208
Destinação do Lucro									
Reserva de lucros - Reserva legal	22	-	-	-	860	-	-	(860)	-
Dividendos propostos	22	-	-	-	-	-	-	(4.087)	(4.087)
Reserva de lucros - Dividendo adicional proposto	22	-	-	-	-	12.261	-	(12.261)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		<u>337.877</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.596</u>	<u>13.088</u>	<u>(19.044)</u>	<u>-</u>	<u>334.517</u>

19.1.4 PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucros líquido do exercício	25.763	45.258
Contrib. Social e Imposto Renda sobre lucro	(8.555)	(4.047)
	17.208	41.211
Ajustes por:		
Depreciação	88.087	36.870
Amortização de intangível	1.102	1.393
Perda na venda de ativo imobilizado e ajuste OCPC 05-2010	1.181	(18.875)
Perda na venda de intangível	2	-
Rendimento aplicação no mercado aberto	(7.126)	(3.041)
Provisão crédito de liquidação duvidosa	-	(183)
Variações monetárias	78.035	-
(Despesa) receita juros encargo financeiros e AFAC	64.143	(42.825)
Impairment - Ajuste do valor recuperável de ativos	-	(17.809)
Ajuste de avaliação atuarial	(7.956)	(6.827)
Total de ajustes	217.468	(51.297)
Variações em:		
(Aumento) redução em clientes	61.741	(116.874)
Aumento em almoxarifado	(20.065)	(10.083)
Aumento em tributos a recuperar	(21.597)	(12.220)
Aumento em depósitos judiciais	(1.836)	(343)
Aumento em outros ativos	(37.455)	(3.359)
Aumento (Redução) em fornecedores	(13.697)	50.532
Aumento em salários e encargos sociais	858	926
Aumento em tributos a recolher	5.549	7.163
Aumento em outros passivos	22.063	5.113
Aumento (redução) em provisão para contingências	2.992	(1.384)
(Redução) em benefícios pós-emprego	(533)	(559)
Total de variações	(1.980)	(81.088)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	232.696	(91.174)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(285.934)	(402.909)
Aquisições de ativo intangível	(40)	(121)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(25.343)	(20.595)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(311.317)	(423.625)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	77.364	324.000
Ingressos de financiamentos e empréstimos	77.436	242.223
Amortização de empréstimos e financiamentos	(86.632)	(60.891)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	68.168	505.332
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(10.453)	(9.467)
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	4.640	15.093
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	15.093	24.560
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(10.453)	(9.467)

19.1.5 PARA A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
RECEITA BRUTA E OUTRAS RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	630.229	590.193
Outras receitas operacionais	2.116	2.086
	<u>632.345</u>	<u>592.279</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(49.902)	(304.455)
Serviços de terceiros	(47.596)	(28.826)
Materiais	(42.691)	(9.631)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(126.511)	(100.318)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	112.273	83.017
Outros custos operacionais	(30.688)	(2.195)
	<u>(185.115)</u>	<u>(362.408)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>447.230</u>	<u>229.871</u>
RETENÇÕES		
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	(89.189)	(38.263)
	<u>(89.189)</u>	<u>(38.263)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RETIDO	<u>358.041</u>	<u>191.608</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	196.701	11.166
Outras receitas - aluguéis	1.076	46
	<u>197.777</u>	<u>11.212</u>
VALOR ADICIONADO RETIDO	<u>555.818</u>	<u>202.820</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	92.170	68.599
Governo	110.457	82.016
Agentes financeiros e aluguéis	335.983	10.994
Retenção/distribuição de lucros do exercício	17.208	41.211
Absorção dos prejuízos acumulados	-	6.499
Reserva legal	860	1.736
Dividendos obrigatórios	4.087	8.244
Dividendos adicional proposto	12.261	24.732
TOTAL	<u>555.818</u>	<u>202.820</u>

20 PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.
20.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

QUADRO B.4.1 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional	99,9534740	99,9534743	99,9401878
	Outras Entidades Governamentais	0,0019689	0,0019689	0,0019689
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	0,00	0,00	0,0132865
	% Governo	99,9554429	99,9554432	99,9554432
Free Float	Pessoas Físicas	0,0445571	0,0445571	0,0445571
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% freefloat	0,0445571	0,0445571	0,0445571
Subtotal Ordinárias (%)		100%	100%	100%
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
	% Governo	-	-	-
Free Float	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% freefloat	-	-	-
Subtotal Preferenciais (%)		-	-	-
Total		100%	100%	100%
Fonte: Secretaria Geral				

20.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA

“Não aplicada a natureza jurídica da UJ”

**PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 –
CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES
AFINS**

21 PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
21.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE

“Não aplicada a natureza jurídica da UJ”

22 PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
22.1 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

23 PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
23.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

24 PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
24.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

25 PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
25.1 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES
25.1.1 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

A Política de Remuneração da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal é definida pela Eletrobras e todos os anos é enviada a Assembléia Geral Ordinária para aprovação para o período de Abril a Março de cada ano.

25.1.2 DEMONSTRATIVOS SOBRE A REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS

QUADRO C.12.1 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período			Remuneração											
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Cristian William de Sousa Cunha			1.857,4	1.857,4	1.857,4	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	23.341,98
Mauro Henrique Moreira Sousa			1.857,4	1.857,4	1.857,4	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	23.341,98
Ricardo Spanier Homrich			1.857,4	1.857,4	1.857,4	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	23.341,98
Sereno Chaise			1.857,4	1.857,4	1.857,4	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	23.341,98
Sidney do Lago Junior															
Valter Luiz Cardeal de Souza															
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Bruno Fabricio Ferreira da Rocha			1.857,4	1.857,4	1.857,4	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	23.341,98
Celina Maria de Macedo Brinckmann			1.857,4	1.857,4	1.857,4	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	23.341,98
Ildo Wilson Grudtner		01/07/11	1.857,4	1.857,4	1.857,4	1.974,42	1.974,42	1.974,42							11.495,46
Rosangela da Silva	01/06/11							1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	1.974,42	13.820,94
Fonte: Fonte:Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa –SAP (Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).															

QUADRO C.12.2 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão:			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
Número de membros:			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	900.519,65	924.946,08	875.330,07
a) salário ou pró-labore (3 Diretores + Presidente)	870.135,23	894.006,08	848.340,07
b) benefícios diretos e indiretos	30.384,42	30.940,00	26.990,00
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	114.556,30	83.999,98	66.581,87
a) bonus			
b) participação nos resultados	114.556,30	83.999,98	66.581,87
c) remuneração por participação em reuniões			
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.015.075,95	1.008.946,06	941.911,94
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			
Fonte: Fonte:Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa –SAP (Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).			

QUADRO C.12.3 - DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão:			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
I – Bônus (a+b+c+d)			
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	0	0	0
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	84.577,52	62.147,76	51.008,01
III – Total (I + II)			
Fonte: Fonte:Informações retiradas do sistema Informatizado da empresa –SAP (Sistema, Aplicativos e Produtos de Processamento de Dados).			

26 PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

26.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

27 PARTE C, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

27.1 SUPERVISÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

28 PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

28.1 IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO – PND.

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

29 PARTE C, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

29.1 INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

30 PARTE C, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

30.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA

“Não se aplica a natureza jurídica da UJ”

31 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

31.1 BALANÇO SOCIAL

Balanco Social Anual /2011



Empresa: C C TEE Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	662.624			610.315		
Resultado operacional (RO)	17.208			41.211		
Folha de pagamento bruta (FPB)	111.844			82.713		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	8.421	7,53%	1,27%	5.792	7,00%	0,95%
Encargos sociais compulsórios	24.566	21,96%	3,71%	17.384	21,02%	2,85%
Previdência privada	4.493	4,02%	0,68%	3.980	4,81%	0,65%
Saúde	2.205	1,97%	0,33%	1.530	1,85%	0,25%
Segurança e saúde no trabalho	3.416	3,05%	0,52%	3.715	4,49%	0,61%
Educação	100	0,09%	0,02%	66	0,08%	0,01%
Cultura	79	0,07%	0,01%	48	0,06%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	478	0,43%	0,07%	237	0,29%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	850	0,76%	0,13%	595	0,72%	0,10%
Participação nos lucros ou resultados	10.079	9,01%	1,52%	7.093	8,58%	1,16%
Outros	1.623	1,45%	0,24%	1.405	1,70%	0,23%
Total - Indicadores sociais internos	56.310	50,35%	8,50%	41.845	50,59%	6,86%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	15	0,04%	0,00%
Cultura	254	1,48%	0,04%	77	0,19%	0,01%
Saúde e saneamento	14	0,08%	0,00%	10	0,02%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	248	1,44%	0,04%	319	0,77%	0,05%
Outros	10	0,06%	0,00%	10	0,02%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	526	3,06%	0,08%	431	1,05%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	66.514	386,53%	10,04%	15.675	38,04%	2,57%
Total - Indicadores sociais externos	67.040	389,59%	10,12%	16.106	39,08%	2,64%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	19.463	113,10%	2,94%	4.115	9,99%	0,67%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	20.090	116,75%	3,03%	3.630	8,81%	0,59%
Total dos investimentos em meio ambiente	20.090	116,75%	3,03%	7.745	18,79%	1,27%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011			2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	724			698		
Nº de admissões durante o período	47			145		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	873			739		
Nº de estagiários(as)	76			80		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	422			412		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	137			123		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	11,11%			11,11%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	48			47		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,70%			3,70%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	1			1		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	14,99			18,26		
Número total de acidentes de trabalho	14			25		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não serão	() serão sugeridos	() serão exigidos	(X) não serão	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon %	na Justiça %	na empresa	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011 R\$ 555.818			Em 2010 R\$ 202.820		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	R\$ 110.457 governo R\$ 92.170 colaboradores(as) R\$ 17.208 acionistas R\$ 335.983 Agentes Financ.			R\$ 82.016 governo R\$ 68.599 colaboradores(as) R\$ 41211 acionistas R\$ 10.994 Agentes Financ.		

7 - Outras Informações

0

31.2 INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO PROCESSO Nº 001/1.07.0207693-0, CIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA (CGTEE) X KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU BANKENGUPE (KFW), QUE TRAMITA NA 5ª VARA CÍVEL DE PORTO ALEGRE .

A situação do processo referente a Ação Cível 001/1.07.0207693-0 que tramita na 5ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre-RS, com base nas informações prestadas pelo Escritório contratado Pinheiro Neto Advogado, referentes as movimentações ocorridas durante o período de 2011:

AUTORA: CGTEE- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

RÉ: KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU BANKENGRUPPE (KFW).

“Apresentada Réplica pela CGTEE – 06.1.2011

- Disponibilizada decisão (Nota de Expediente nº. 456/2011), com o seguinte teor: “R.h Digam as partes em 10 dias, sobre a possibilidade de conciliação, acostando proposta concreta, bem como sobre o interesse na produção de novas provas, justificando-as, pena de no silêncio, restarem prejudicadas, ensejando o julgamento do feito no estado em que se encontra. Intimem-se. Dil. Legais.” – 24.2.2011
- Retorno Carta Rogatória expedida e enviada à Alemanha, cumprida – 09.3.2011
- Apresentada manifestação pela Autora informando não haver qualquer possibilidade de conciliação e reiterando interesse na produção de provas requeridas – 10.3.2011
- Apresentada Tréplica e especificação de provas pelo KfW – 04.4.2011
- Juntada de documentos pelo KfW – 28.4.2011
- Manifestação da CGTEE a respeito da petição apresentada pelo KfW em 04.4.2011 – 09.5.2011
- Disponibilizada decisão (Nota de Expediente nº. 1137/2011), com o seguinte teor: “*Da manifestação de fls.1290/1.310, ciência a parte autora.*” – 25.5.2011
- Manifestação da CGTEE quanto aos documentos apresentados pelo KfW em 28.4.2011 – 30.5.2011
- Despacho interno: “*Frente à condição da autora, ciência ao MP para que se manifeste, querendo. Dil.legais.*” – 06.6.2011

- Vista ao Ministério Público – 08.6.2011
- Despacho interno: “*R.h. Apense-se os demais volumes do presente feito, já que nesta data conclusos apenas os quatro últimos, voltando. Dil.legais.*” 20.6.2011
- Despacho interno: “*R.h. Por consulta no sistema, informe o Cartório do estágio atual da ação indicada a fl.1.124, voltando. Dil.legais.*” – 01.7.2011
- Disponibilizada decisão (Nota de Expediente nº. 1589/2011), com o seguinte teor: “*Da informação retro, ciência as partes, e após, ao Mp, voltando para saneamento.*” – 01.8.2011
- Manifestação da CGTEE e do KfW a respeito dos andamentos da Ação Indenizatória e de prosseguimento da Ação Declaratória – 08.8.2011
- Remessa dos autos ao Ministério Público – 13.8.2011
- Disponibilizada decisão (Nota de Expediente nº. 2174/2011), com o seguinte teor: “*R.h. Da manifestação de fls.1.334/1.362, ciência a parte ré. Após, da manifestação de fls.1.363/1.377, ciência a parte autora. Dil.legais.*” – 30.8.2011.
- Manifestação da CGTEE acerca de última petição apresentada pelo KfW – 05.9.2011
- Disponibilizada decisão (Nota de Expediente nº. 3134/2011): “*R.h. 1. Certifique o Cartório o decurso do prazo de manifestação da ré na forma do despacho retro. 2. Após, da manifestação com documentos de fls.1.381/1.417, ciência a parte ré. 3. Atendidas ambas as diligências acima, ciência ao Mp. Dil.legais.*” – 05.12.2011
- Manifestação do KfW acerca de última petição apresentada pela CGTEE – 12.12.2011

CONCLUSÃO

Em consonância com as mudanças decorrentes da agilidade do desenvolvimento sustentável em função da preocupação em adequar novas necessidades a novos conceitos e práticas de gestão, as empresas de uma forma crescente estão voltadas ao compromisso com a responsabilidade social, meio ambiente e informações transparentes sobre resultados financeiros.

Neste sentido a Eletrobras CGTEE em 2011 buscou desenvolver as diretrizes expressas em seu Planejamento Estratégico em harmonia com os objetivos estratégicos da Holding.

As condições econômico-financeiras favoráveis que o Brasil vem apresentado, apesar do cenário mundial desfavorável, com crescimento econômico, inflação controlada, geração de empregos entre outros, tem relação direta com o setor elétrico resultando em aumento da demanda de energia.

Em 2011 a Eletrobras CGTEE obteve resultados satisfatórios gerando um lucro líquido na ordem de R\$ 17 milhões e rentabilidade de 5,34% tendo focado suas ações em três direções: em primeiro lugar priorizou-se a entrada em operação da UTE Candiota III (FASE C) que duplica a capacidade de geração de energia da Companhia, o que repercutiu positivamente no resultado do exercício 2011 e nos níveis de rentabilidade esperada pelos acionistas. Em segundo lugar, investiu-se na revitalização das demais Usinas existentes, com ações visando o aumento da eficiência energética e o atendimento às exigências ambientais. Por último, por tratar-se de uma empresa pública, que para além da rentabilidade exigida na iniciativa privada possui compromissos com o desenvolvimento social nas áreas em que atua, desenvolveu-se uma série de programas socioambientais, expressando um intenso comprometimento com as premissas da sustentabilidade.

Também em 2011 outras melhorias foram alcançadas tais como melhoria da qualidade de vida dos empregados, desenvolvimento de talentos, programas sociais voltados para preparação de jovens para mercado de trabalho, programas de saúde e segurança do trabalho, realização de um programa de inovação tecnológica, a melhoria contínua de práticas de governança corporativa, e a busca de eficiência e confiabilidade das unidades operacionais, bem como a participação ativa dos colaboradores na construção do processo de revisão do planejamento estratégico da empresa.

Assim, em decorrência dos resultados financeiros, operacionais e de gestão apresentados ao longo deste Relatório de Gestão, bem como, das estratégias de negócio almejadas para o futuro, temos complexos desafios a serem superados a partir do exercício de 2012. Todavia, temos a certeza de que diante dos investimentos previstos, do aprimoramento dos controles internos, das melhorias nos processos de operação, das novas tecnologias em desenvolvimento, e principalmente, da qualificação e engajamento do conjunto de nossos colaboradores, alçaremos a Eletrobras CGTEE ao nível das práticas e resultados compatíveis aos das empresas referência do setor elétrico nacional, sempre orientados pelos preceitos éticos e da transparência da administração pública.

Porto Alegre, 30 de maio de 2012.

Sereno Chaise
Diretor Presidente

**ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 117,
DE 19 DE OUTUBRO DE 2011**

1 – RELATÓRIO E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE, SEGUNDO PREVISÃO LEGAL, REGIMENTAL OU ESTATUTÁRIA, DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Unidade de Auditoria Interna da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE, em atendimento ao disposto no Decreto Federal nº 3.591/2000, alterado pelo Decreto Federal nº 4304/2002, Artigo nº 15, Parágrafo 6º, complementado pela IN/TCU nº63/2010, pelas Decisões Normativas TCU nº108/2010, nº 117/2011, e Portaria TCU nº123/2011, apresenta opinião sobre a Prestação de Contas Anual do exercício de 2011.

I – COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas, verificamos que o mesmo encontra-se devidamente constituído pelos elementos solicitados na IN/TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, e orientações constantes nas Decisões Normativas, DN/TCU nº 108 de 24 de novembro de 2010, DN/TCU nº 117, de 19 de outubro 2011, e Portaria -TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, representando de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem as peças constantes no mesmo.

II – ADEQUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Nos nossos trabalhos examinamos os controles internos administrativos da Empresa com base em procedimentos e técnicas utilizadas para Trabalhos de Auditoria e concluímos que os mesmos, nos seus aspectos relevantes, estão adequados e aderentes às normas internas da entidade.

DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS – no nosso entendimento, os controles internos da Eletrobrás CGTEE, ainda que satisfatórios na identificação de falhas e mitigação de riscos existentes necessitam de aprimoramento. Neste sentido, destacamos a implantação da Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos com o objetivo de aperfeiçoar os controles internos e identificar riscos relevantes para continuidade das atividades da Empresa e melhoria de seus Resultados.

DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS – a partir da amostragem aplicada para a execução do trabalho sobre este tema, na execução do PAINT/2011, foram observadas inconformidades que após discutidas com a área envolvida originaram recomendações que as mitigarão. O detalhamento do resultado do trabalho e das recomendações emitidas encontram-se às folhas 139 e 140 deste processo, demonstrando a regularidade dos processos analisados, em nosso entendimento.

DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS – A auditoria realizada no exercício de 2011, analisou os Convênios CGTEE/SEDE/0149/2010, CGTEE/SEDE/0062/2011, CGTEE/SEDE/1231/1010, CGTEE/SEDE/0828/2010 e CGTEE/SEDE/2010. Observando os resultados discutidos com a área envolvida e as recomendações derivadas, descritas à folha 138 deste processo, que após suas implementações manterão a regularidade dos atos praticados pelos entes envolvidos nos processos analisados, em nosso entendimento.

DAS RECOMENDAÇÕES EMANADAS PELA AUDITORIA INTERNA - Na execução do PAINT/2011 – Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna, foram formalizadas 82 recomendações. Destas, 100% foram acatadas pelas áreas respectivas, as quais serão objetos de testes por parte da Unidade de Auditoria, na execução dos futuros trabalhos de auditoria constantes no PAINT.

DAS RECOMENDAÇÕES EFETUADAS PELA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - Conforme evidenciado no Relatório de Gestão, fls. 79 à 84, as recomendações emanadas pela CGU, foram atendidas ou encontram-se em fase de implementação.

DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - Conforme evidenciado no Relatório de Gestão, fls. 84 à 88, as recomendações e determinações emanadas pelo TCU foram implementadas, ou encontram-se em fase de execução.

DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES EFETUADAS PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Nos trabalhos de auditoria realizados no exercício de 2011, não identificamos decisões ou recomendações do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração que não tenham sido implementadas pela gestão da empresa.

Não houve demandas específicas apresentadas pelo Conselho Fiscal e de Administração a esta Auditoria Interna.

CONCLUSÃO

Em nossa opinião a Prestação de Contas Anual da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, relativa ao exercício de 2011, está em condições de ser submetida à apreciação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União.

Porto Alegre, 30 de maio de 2012.

Anselmino Neuro Spessato
Gerente da Unidade de Auditoria
CRCRS: 23227



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, tendo examinado o Relatório anual da Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstrativo Financeiro e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2011, encerrado em 31 de dezembro de 2011, documentos esses aprovados pelos administradores responsáveis pela Companhia, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, é de parecer pela aprovação dos referidos documentos, e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 05 de março de 2012.

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente

Sereno Chaise

Ricardo Spanier Homrich

Mauro Henrique Moreira Sousa

Sidney do Lago Junior

Rosemari Nunes da Silva
Secretária Geral



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis, as demais notas explicativas e a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

Com base nos exames efetuados ao longo do exercício, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, e considerando o Parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, datado de 05 de março de 2012, apresentado sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Porto Alegre, 05 de março de 2012.

CELINA M. DE MACEDO BRINCKMANN
Presidente do Conselho

ROSANGELA DA SILVA
Conselheiro

BRUNO FABRÍCIO FERREIRA DA ROCHA
Conselheiro

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações

financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelos CPCs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 5 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" RS

Guilherme Naves Valle
Contador CRC MG070614/O-5 "S" RS

3 – RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO

Esta Companhia não possui órgão de correição previsto em seu organograma, contudo, foi instaurado o PAD – Processo Administrativo Disciplinar Nº Eletrobras CGTEE/SEDE-1562/2011 recomendado pela Comissão de Sindicância instituída pela RES-325/2011 de 20/10/2011 visando apurar conduta de empregada conforme descrito no Memorando PRJ-PT 308/2011, de 08/09/2011 que teve como conclusão:

CONCLUSÃO: De fato há infração aos dispositivos do Procedimento nº PAD-DAH-001 (Código de Conduta) apontados pela Comissão de Sindicância, sendo passível a aplicação das sanções disciplinares previstas no PAD-DAH-007 (Norma Disciplinar), contidas em seu RELATÓRIO CONCLUSIVO, quais sejam:

(...) Item 6.3.4 (DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA), alínea “a” – Ato de Improbidade, definido como “ação ou omissão dolosa do empregado, visando a vantagem para si ou para outrem”: na hipótese dos levantamentos aqui realizados serem considerados falta grave.

Conforme transcrição da Ata nº 600 da reunião da Diretoria Executiva realizada em 26 de janeiro de 2012: A Diretoria Executiva APROVOU o referido relatório e decidiu, POR UNANIMIDADE, aplicar à empregada a sanção disciplinar de DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA.

4 - AUDITORIAS PLANEJADAS E AUTORIZADAS

Informamos que em relação a letra “d”, item 6, da Decisão Normativa -TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011, a Empresa não possui órgão de correição.

AUDITORIAS PLANEJADAS E REALIZADAS PELA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA – PRA

Nº do Relatório	Título do Trabalho	Data de Início	Data de Conclusão
001/2011	CAIXA E BANCOS – FUNDO FIXO DE CAIXA	09/05/2011	07/07/2011
002/2011	FUNDOS DE PENSÃO	02/01/2011	13/07/2011
003/2011	CONTECIOSOS JUDICIAIS	31/05/2011	15/07/2011
004/2011	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO	14/02/2011	09/08/2011
005/2011	PESSOAL	08/09/2010	14/07/2011
006/2011	CONVÊNIOS E PATROCÍNIOS	28/06/2011	06/12/2011
007/2011	SERVIÇOS GERAIS CONTRATADOS	21/07/2011	09/12/2011
008/2011	PROCEDIMENTOS LICITATORIOS	08/08/2011	09/12/2011
009/2011	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	25/05/2011	17/10/2011
010/2011	MEIO AMBIENTE	27/09/2011	16/12/2011

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna da Eletrobras CGTEE – PAINT 2011, em conformidade com a Instrução Normativa CGU/001 de 03 de janeiro de 2007, foi composto por 10 trabalhos, todos planejados e executados.

RELATÓRIO 001/2011 – CAIXA E BANCOS – FUNDO FIXO DE CAIXA

Área: Diretoria Financeira

a) Escopo da auditoria realizada:

A auditoria realizada teve por objetivo:

Conferir e efetuar contagem do numerário do caixa, objetivando certificar a sua integralidade física e registral;

Avaliar a segurança quanto à guarda e manuseio dos valores depositados no cofre;

Efetuar a conciliação do Fundo Fixo de Caixa das Unidades, no período selecionado, certificando-se da propriedade da movimentação e dos saldos;

Conferir assinaturas e procurações das pessoas autorizadas a movimentar as contas bancárias das Unidades, referente ao Fundo Fixo da Caixa;

Conferir a exclusividade do conteúdo do cofre, relativamente à sua função.

b) Demonstração da execução do Programa de Auditoria

Pontos observados na execução dos trabalhos de auditoria:

- Analisar o Termo de Responsabilidade, verificando o valor, data de emissão, assinatura, vigência e limites para pagamento de despesas de pronto pagamento e adiantamentos para viagem;
- Solicitar as procurações com as assinaturas das pessoas competentes para movimentação financeira;
- Solicitar os documentos movimentados pelo Fundo Fixo de Caixa referente à Unidade e ao período selecionado;
- Efetuar a contagem física do numerário preenchendo o formulário contagem de caixa;
- Verificar se os documentos pagos estão devidamente dentro do limite estabelecido e quitados, evitando a representação;
- Efetuar a conciliação do extrato bancário com os boletins da caixa, identificando as divergências porventura existentes.

c) Resultados

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria. Não foram identificadas inconformidades relativas aos seguintes procedimentos:

RELATÓRIO 002/2011 – FUNDOS DE PENSÃO

Área: Diretoria Financeira

a) Escopo da auditoria realizada

A auditoria realizada teve por objetivos:

- Avaliar junto à Patrocinadora – Eletrobras CGTEE – a gestão financeira analisando a política vigente e a execução orçamentária referente à seguridade complementar;
- Verificar os repasses feitos pela patrocinadora à Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE e os procedimentos de desconto junto aos participantes identificando a contribuição do Participante e da Patrocinadora;
- Analisar os pareceres do Auditor Independente e do Atuário;
- Verificar se existem dívidas da Patrocinadora para com a Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE, qual a relatividade e quais as condições que a levaram a essa situação e a previsão de pagamento;
- Verificar se a Patrocinadora tem assumido encargos relativos à manutenção da Entidade de Previdência Privada, Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE.
- Analisar o Balanço Patrimonial da Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE, respectivos demonstrativos de resultados e o Percentual de Imobilização;
- Analisar o resultado considerando os aspectos previstos em lei quanto à destinação do superávit no tocante a constituição de reserva de contingência e respectivo percentual, bem como reserva especial (excedentes).

b) Demonstração da execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria. Não foram identificadas inconformidades relativas aos procedimentos de controle na Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado e demais demonstrativos anexos. Contudo, foi observado a necessidade de ajustes nos pontos listados, abaixo, já apresentados e discutidos com o DAH e DFC, detalhados na Ata de Encerramento.

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos à Diretoria Administrativa – DAH que estude e implemente uma rotina de conciliação dos lançamentos oriundos da Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE com os dados encaminhados pelo DAH para contabilização na Eletrobras CGTEE evidenciando a correção da aplicação da paridade contributiva;
- Recomendamos ao DAH que avalie junto à Fundação CEEE de Seguridade Social ELETROCEEE a origem dos lançamentos citados e melhor adequação do título dos referidos lançamentos.

RELATÓRIO 003/2011 – CONTENCIOSOS JUDICIAIS

Área: Diretoria Financeira

a) Escopo da auditoria realizada

A auditoria realizada teve por objetivos:

- Analisar os valores registrados em contas de ativo do balanço patrimonial da companhia, relativos a depósitos vinculados a litígios judiciais, efetuados pela Eletrobras CGTEE por ordem do Juiz, a fim de verificar a procedência e exatidão de seus saldos no contexto das ações ajuizadas contra a companhia;
- Analisar os valores registrados em contas de passivo do balanço patrimonial da companhia, relativos ao provisionamento contábil de montantes decorrentes de contenciosos judiciais, cujas causas sejam consideradas como passíveis de perdas “possíveis ou prováveis”, de modo a verificar a procedência e a exatidão de seus saldos no contexto das ações movidas contra a companhia;
- Avaliar a suficiência e a exatidão dos controles exercidos pela Assessoria Jurídica – PRJ-PT, no acompanhamento das ações junto aos escritórios contratados pela Eletrobras CGTEE, nas questões ajuizadas por terceiros;
- Verificar a existência de outros contenciosos, tais como, por exemplo, multas decorrentes de penalidades aplicadas por órgãos reguladores do setor elétrico.

b) Demonstração da execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria, resultado de avaliação preliminar sobre os controles internos da área, bem como, análise dos registros contábeis da companhia, incluindo:

- Verificação dos relatórios de conciliação das contas de apropriação da provisão para contingências (passivo) e depósitos judiciais (ativo), sob a responsabilidade do Departamento Contábil (DFC);
- Exame dos relatórios de controle de depósitos judiciais e demonstrativos da probabilidade de perda dos processos, emitidos pelos consultores jurídicos contratados;
- Lista dos processos em andamento e liminares emitido pela Assessoria Jurídica (PRJ);
- Exame das informações relativas a contenciosos divulgadas nas Demonstrações Contábeis 2010 e no Relatório de Gestão do Exercício de 2010.

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Seja aprimorada a sistemática de acompanhamento e avaliação sobre os contenciosos envolvendo a Eletrobras CGTEE, incluindo reuniões formais de consolidação dessas informações, entre as áreas envolvidas na elaboração dos relatórios institucionais, de modo a garantir a consistência quando da sua divulgação.

- Por ocasião da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, bem como, dos demais relatórios institucionais, nos quais contenham informações sobre contenciosos judiciais e/ou extrajudiciais envolvendo a Companhia, que conste a PRJ como co-responsável por essas ações, haja vista ser este órgão o portador da atribuição estatutária delegada de desenvolver as atividades jurídicas de interesse da Companhia.

RELATÓRIO 004/2011 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO

Área: Diretoria Técnica

a) Escopo da auditoria realizada

Avaliar a adequação das práticas adotadas pelo DTC no âmbito da UPME no que diz respeito ao gerenciamento das atividades de operação e manutenção das instalações da unidade, com base nos seguintes objetivos de auditoria:

- Análise dos índices de disponibilidade da geração da UPME em 2010-2011;
- Análise da execução do programa de geração em 2010-2011;
- Análise da execução física/financeira do orçamento de operação/manutenção da UPME em 2010;
- Projetos empreendidos e/ou em estudo, visando a recuperação da capacidade operativa e a atualização tecnológica do sistema de geração;
- Verificação dos pontos pendentes das auditorias anteriores.

b) Demonstração da execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria, abrangendo a análise dos seguintes documentos e informações

- Relatório de Indisponibilidade Geral 2010 e 2011, elaborado pelo DTP a partir do SIOP;
- Relatórios de Fiscalização da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da ANEEL 370/2009-SFG, de Julho/2009, 316/2010-SFG, de Outubro/2010, e 067/2011-SFG, de Abril/2011;
- Exposição de Motivos do Auto de Infração ANELL AI nº.1.010/2011-SFG, de 16.07.2011;
- Correspondências encaminhadas à ANELL pela Eletrobras CGTEE, por intermédio das Cartas PR-213/2009, DT-53/2011 e PR-172/2011;
- Relatório Semestral Acompanhamento das Determinações/Recomendações da Auditoria Interna/CGU/TCU - 2010;

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Não obstante os esforços empreendidos pela companhia, reiteramos a importância de a Diretoria Executiva da Eletrobras CGTEE priorizar a execução do projeto de recuperação de capacidade operativa e confiabilidade dos equipamentos da UPME, de forma a garantir o atendimento da meta de disponibilidade, da demanda contratada, dos despachos do ONS, e a sustentabilidade do empreendimento;
- À Diretoria Administrativa e à Diretoria Técnica e de Meio Ambiente, a adoção de uma estratégia visando a conclusão dos testes de certificação junto aos operadores da UPME, a qual inclua, dentre outras medidas que se fizerem necessárias, a formalização de um procedimento de certificação de operadores de usina no âmbito da Eletrobras CGTEE;

- Que a DT, conjuntamente com a PRT/Presidência, envide esforços no sentido de implementar as soluções necessárias ao saneamento das falhas ocorridas, por ocasião da migração da atual para nova versão do SAP/R-3, de forma a reestabelecer a operacionalidade dos módulos de PM/PP.

RELATÓRIO 005/2011 – PESSOAL

Área: Diretoria Administrativa

a) Escopo da auditoria realizada

A auditoria realizada teve, dentre outros, por objetivos

- Verificar o recolhimento das obrigações sociais e trabalhistas;
- Avaliar a consistência e fidedignidade dos dados e informações contidos nos relatórios e controles existentes, acerca das inclusões, exclusões e modificações dos valores mensais constantes da Folha de Pagamento;
- Verificar se a frequência apurada foi efetivamente paga, inclusive horas extras diurnas e noturnas (previamente autorizadas) e acréscimos legalmente estabelecidos para as mesmas, normativas, etc.;
- Analisar os procedimentos e resultados decorrentes da implantação sistêmica do controle de Solicitação de Abono de Faltas SAF;
- Verificar os registros ocorridos junto ao SISAC;'
- Verificar a aplicabilidade da Lei 8730 de 10/11/1993 – IN nº 5/94 do TCU.

b) Demonstração de execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria, não tendo sido observados inconsistências nos quesitos verificados da análise documental que serve de base para a elaboração da folha de pagamento, das obrigações sociais e trabalhistas, dos registros efetuados no SISAC no período abrangido pela amostragem e da observância da Lei 8730 de 10/11/1992 – IN nº 5/94 do TCU. Contudo, como resultado das avaliações sobre os controles internos da área e legislação aplicada, houveram constatações que geraram recomendações.

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos que a DT aplique a Norma de Conduta, aos empregados que realizaram Horas extraordinárias sem o devido procedimento de autorização estabelecido pela RES/136/2009;
- Recomendamos que a DT aplique a Norma de Conduta, às chefias do DTC que autorizaram a realização de Horas Extraordinárias em descumprimento aos limites estabelecidos pela CLT e Norma de Jornada de Trabalho – PAD/DAH/005;
- Recomendamos a DA/DAH agilidade na implantação do formato MAPRO da Normas e Diretrizes para o apoio e incentivo a Cursos de Graduação dos Empregados da empresa;
- Recomendamos ao DAHHC que ao proceder o lançamento no SAP das escalas de sobreaviso informadas pela DTC, estabeleça procedimento de revisão, com a finalidade de coibir possíveis falhas que acarretem a não observância dos procedimentos legais;
- Recomendamos ao DA/DAH definir o cronograma para implantação do sistema de travamento de registro das catracas eletrônicas com o objetivo de resguardar o intervalo mínimo de uma hora de almoço, e para controlar a execução de horas extras não autorizadas.

RELATÓRIO 006/2011 – CONVÊNIOS E PATROCÍNIOS

Área: Diretoria Financeira

a) Escopo da auditoria realizada

A auditoria teve dentre outros, por objetivo, apurar o quantitativo de Convênios segregando-os por natureza e verificando se:

- Houve a observância dos requisitos obrigatórios para celebração do convênio, principalmente no que diz respeito à comprovação da regularidade do conveniente, às formalidades, às cláusulas obrigatórias, aos aditivos e à publicidade nos termos dos capítulos II, III, IV e V da IN/STN 01/97;
- A aplicação dos recursos previstos no termo de convênio está de acordo com o objeto do mesmo e com o cronograma físico-financeiro, consoante com disposições estabelecidas nos capítulos VI e VII da IN/STN 01/97;
- Prazos e procedimentos para prestação de contas, estabelecidos no termo de convênio estão sendo observados pelo órgão ou entidade executora, e nos termos do capítulo VIII da IN/STN 01/97;
- Os convênios estão pactuados de acordo com a legislação vigente.

b) Demonstração de execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias, e em conformidade com as normas usuais de auditoria, tendo sido observados os pontos discriminados, já apresentados e discutidos com a Assessoria de Responsabilidade Social (PRH), conforme detalhado na Ata de Encerramento do trabalho, geradores de recomendações.

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos à Assessoria de Responsabilidade Social – PRH, fazer constar no Termo de Convênio, uma cláusula específica determinando com qual das partes permanecerá os bens adquiridos durante a execução do Plano de Aplicação, em observância a IN/STN nº 1 de 15/01/1997, art. 7, inciso IX;
- Recomendamos à Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e aos Gestores dos Convênios que orientem para a necessidade de fiscalização sistemática, junto aos executores dos convênios (Convenientes) da obrigatoriedade de observarem os Procedimentos Licitatórios constantes na Lei nº 8663/93 e no próprio termo do convênio;
- Recomendamos à Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e aos Gestores dos Convênios que seja observados os prazos de vigência dos Convênios e que não seja efetuada nenhuma despesa ou depósito, após o término da sua vigência;
- Recomendamos à Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e aos Gestores dos Convênios que orientem os convenientes para a obrigatoriedade da aplicação dos recursos acordados, estritamente em conformidade com o plano de trabalho;
- Recomendamos à Assessoria de Responsabilidade Social – PRH e aos Gestores dos Convênios que esclareçam os convenientes da obrigatoriedade de apresentarem os extratos das contas bancárias, evidenciando toda a movimentação no processo de Prestação de Contas;
- Recomendamos a Diretoria Executiva (DE) a observância da IN STN nº 1 de 15/01/1997, art. 2, inciso VIII, com vistas a não pactuar convênio sem que a conveniente comprove o exercício de plenos poderes inerentes a propriedade do imóvel em que será construída a obra, quando se tratar de recursos alocados para obras.

RELATÓRIO 007/2011 – SERVIÇOS GERAIS CONTRATADOS

Área: Diretoria Financeira

a) Escopo da auditoria realizada

A auditoria realizada teve por objetivo testar por amostragem os contratos de empreiteiros e/ou prestadores de serviços quanto à finalidade e correta caracterização das empreitadas ou serviços, se estes foram ou estão sendo executados com observância de procedimentos licitatórios, de acordo com a legislação vigente e se nos pagamentos estão sendo procedidas as retenções contratuais e/ou aplicadas as incidências tributárias e o recolhimento e depósito das obrigações trabalhistas estipuladas em lei, entre outros.

b) Demonstração de execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria e foram observados os pontos, já apresentados e discutidos com a Área, conforme detalhado na Ata de Encerramento do trabalho que geraram as respectivas recomendações.

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos aos Gestores de Contratos a exigência da apresentação e autuação das Certidões Negativas, Certidões conjuntas de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certificados de Regularidade do FGTS e Guias de Previdência Social (GPS), em cada processo contratual, antes do envio para pagamento da fatura à Contratada;
- Recomendamos ao Gestor do Contrato de prestação de serviço de transporte de empregados desta Companhia, a interdição dos veículos que apresentarem irregularidades, enquanto as mesmas não forem sanadas;
- Recomendamos à DF – DFS, a inclusão de cláusula em todos os contratos de prestação de serviços, determinando a apresentação pela contratada, até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente, de comprovantes do efetivo pagamento do salário de seus empregados – com previsão de penalidade financeira pelo não cumprimento;
- Recomendamos à DF – DFS e PRJ, a exclusão da cláusula de nomeação do Gestor e seu Substituto, de todos os Contratos a serem pactuados pela Companhia, para evitar – no caso de alteração – a necessidade de efetuar termo aditivo ao mesmo. Tal procedimento poderá ser realizado através de ato administrativo com comunicação à Contratada;

RELATÓRIO 008/2011 – PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Área: Diretoria Financeira

a) Escopo da auditoria realizada

A auditoria realizada teve por objetivos, dentre outros,

- Analisar o planejamento e a fundamentação legal para as contratações realizadas nas modalidades dispensa e inexigibilidade de licitação;
- Avaliar a razoabilidade e/ou economicidade das estimativas de preços dos produtos e/ou serviços ofertados em comparação aos valores contratados;
- Analisar a eficiência na condução dos procedimentos de compra direta, através da apuração do tempo médio de execução do pedido de compra até a efetiva contratação.

b) Demonstração de execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria, tendo sido observados inconformidades, as quais foram discutidas com as áreas envolvidas, conforme detalhado em atas de encerramento do trabalho, que geraram suas respectivas recomendações.

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos seja adotado, em situações análogas, o preconizado no inciso IV, do artigo 24, da Lei 8.666/93, que trata da situação adversa, dada como emergência, bastando a demonstração concreta e efetiva da potencialidade do dano, e a demonstração de que a contratação por emergencialidade é a via adequada e efetiva para eliminar o risco;
- Recomendamos aos gestores que efetuem o adequado planejamento das compras da companhia, de forma a evitar o fracionamento de despesas no exercício financeiro. Ainda, em havendo necessidade de realizar diversos processos licitatórios no transcurso do exercício, para um mesmo objeto, que se adote em todos os casos a modalidade de licitação cabível ao montante das despesas;
- Recomendamos sejam tomadas as medidas cabíveis, no sentido obter dos fornecedores, o atendimento de exigência contratual de apresentação de garantia de fiel cumprimento;
- Recomendamos sejam aprimorados os controles internos relativos ao acompanhamento dos processos de compra e/ou contratação de serviços, relacionados às atividades regulares da companhia, de modo a evitar a ocorrência de situações análogas à constatação apontada.

RELATÓRIO 009/2011 – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Área: Diretoria Administrativa

a) Escopo da auditoria realizada

A auditoria realizada teve por objetivos, dentre outros,

- Testar, por amostragem, o Procedimento de Segurança Industrial - PSI-DAS011, verificando sua aplicabilidade e os mecanismos de controle;
- Verificar ocorrências de notificações/penalidades/multas no período de julho de 2010 a maio de 2011 emitidas pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO. Causas e ações adotadas;
- Verificar a aplicação na Eletrobras CGTEE, das Normas Regulamentadoras - NRs (Portaria nº 3.214 de 1978 e Lei nº 6.514 de 1978, em especial as NR10, NR 33 e NR05);
- Verificar Relatórios, CAT, Estatísticas (como absenteísmo), Solicitações de Providência de Segurança, objetivando observar a eficácia quanto às constatações e as soluções implantadas;

b) Demonstração de execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria.

Cabe ressaltar que durante a visita dos Auditores da PRA à planta industrial da UPME, verificou-se que com a entrada em operação da Fase C, a dinâmica do funcionamento da Usina passou a requerer uma exigência de controles mais eficientes e eficazes, tornando-se fundamental para a garantia, a segurança, a saúde e o bem estar de todos os trabalhadores que ali labutam. Esse, foi o foco principal, desse trabalho de auditoria.

Por fim, foram observados os pontos, conforme detalhado na Ata de Encerramento do trabalho, que geraram as respectivas recomendações.

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos que a Diretoria Técnica estude a solução para o problema evidenciado no descarregamento de cinza leve, que tem dificultado o desenvolvimento do trabalho, além da poluição ambiental no local e arredores;
- Recomendamos a Diretoria Técnica, atenção especial nas condições de trabalho e nas ferramentas disponíveis aos empregados que estão lotados na sala de comando ou operação do setor de cinza leve;
- Recomendamos a Diretoria Técnica, implantar, com brevidade, procedimento seguro no manuseio de amônia e soda cáustica no tratamento de água, visando garantir a segurança dos empregados que ali trabalham, bem como em conjunto com a DA/DASSC buscar EPIs apropriados para um desempenho seguro dessa tarefa, evitando acidentes com queimaduras como já ocorridos;
- Recomendamos a Diretoria Técnica providenciar a tradução para o idioma português das legendas de comandos do painel da sala de distribuição de caldeiras;
- Recomendamos a Diretoria Técnica em parceria com a DA/DASSC, proceder as necessárias ações para garantir a segurança dos trabalhadores e transeuntes, nas salas de hipoclorito de sódio e de PAC-coagulante e PAN floculante;
- Recomendamos a Diretoria Administrativa/DAS viabilizar um espaço físico apropriado para o treinamento das contratadas, ministrado pelo DASSC, bem como providenciar equipamentos necessários, como computador, data show, etc.;
- Recomendamos às Diretorias Administrativa e Técnica, que conjuntamente, implantem medidas que viabilize a adequação da ambulância existente para a modalidade UTI móvel e estudem a real necessidade de aquisição de uma nova ambulância, dada a demanda existente;
- Recomendamos às Diretorias Administrativa e Técnica que estudem a possibilidade/viabilidade de adquirir um novo caminhão de bombeiros para a UPME;
- Recomendamos a Diretoria Técnica, aos Gestores dos Contratos e ao DASSC, que atentem para o cumprimento do estabelecido no Item 16, Anexos IV, V, VI referente à NR 33, Permissão de entrada e trabalho em espaço confinado - PET - do PSI-DAS-011;
- Recomendamos às Diretorias Administrativa e Técnica, bem como aos Gestores das empresas contratadas, que observem o cumprimento do item 15 – Indicadores de Segurança e Medicina do Trabalho do Manual de Procedimentos da PSI-DAS-011, página 14, que trata da emissão de relatório estatístico de acidentes de trabalho (CAT). Que o DASSC providencie o registro dos Acidentes de trabalho ocorridos na própria estrutura da Eletrobras-CGTEE;
- Recomendamos a Diretoria Administrativa/DAS/DASSC, normatizarem a obrigatoriedade de constar, nos atestados médicos dos empregados da Eletrobras-CGTEE, o CID respectivo, o que possibilitará a formulação de estatísticas sobre o absenteísmo e o estabelecimento de ações preventivas por parte da empresa;
- Recomendamos que ao DT/DTC/DAS monitorar e agilizar o andamento das ações informando a esta PRA, referentes à problemática dos transformadores que utilizam como óleo isolante askarel e o descarte e armazenamento dos resíduos.

RELATÓRIO 010/2011 – MEIO AMBIENTE

Área: Diretoria Administrativa

a) Escopo da auditoria realizada

A auditoria realizada teve como objetivos, dentre outros,

- Verificar a conformidade na política ambiental das Unidades da Eletrobras CGTEE, através da análise, teste e confirmações das condicionantes constantes das Licenças de Operação e do Termo de Ajustamento de Conduta expedidos pelos órgãos oficiais de controle ambiental, tais como, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);
- Analisar a ocorrência de Autos de Infração e as respectivas providências;
- Verificar a dotação orçamentária no aspecto do investimento previsto versus realizado;
- Averiguar as Determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) pendentes.

b) Demonstração de execução do Programa de Auditoria

Os exames foram realizados na extensão julgada adequada às circunstâncias e em conformidade com as normas usuais de auditoria. Foram observados os pontos, conforme detalhado na Ata de Encerramento do Trabalho, que após analisados geraram recomendações.

c) Resultados

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos à Diretoria Técnica que viabilize a proposta técnica detalhada, relativamente às medidas e/ou equipamentos de controle a serem instalados, visando o atendimento aos padrões de emissão fixados no Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Público do Estado do RS, Eletrosul, Estado do RS e União Federal em 05/12/1996, a fim de evitar novas autuações bem como permitir a renovação da Licença de Operação;
- Recomendamos à Diretoria Técnica que entre em contato com a FEPAM a fim de agilizar o processo de renovação de Licença de Operação que se encontrava vencida no momento desta auditoria;
- Recomendamos à Diretoria Técnica que sejam adotadas medidas para sanar a problemática no quantitativo de pessoal da Divisão de Engenharia e Meio Ambiente de Candiota. Existem dificuldades para atender a demanda de trabalho com o quadro atual;